



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

**AS CLASSES SOCIAIS ENTRE OS IMPASSES DA TEORIA MARXISTA:  
O DEBATE CONTEMPORÂNEO EM OLIN WRIGHT, BOURDIEU E KLAUS EDER**

**Luciana de Sant'Anna Buchala**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Luciana de Sant'Anna Buchala** em 09/11/2007 e orientada pelo Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia.*

CPG, 09 / 11 / 2007

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Jorge Ruben Biton Tapia", written over a horizontal line.

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

B851c

Buchala, Luciana de Sant'Anna.

As classes sociais entre os impasses da teoria marxista: o debate contemporâneo em Olin Wright, Bourdieu e Klaus Eder/ Luciana de Sant'Anna Buchala. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Jorge Ruben Biton Tapia.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Classes sociais. 2. Marxismo. 3. Classe media. 4. Ação coletiva. I. Tapia, Jorge Ruben Biton, 1953- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

07-047-BIE

**Título em Inglês: Social classes between the gaps of marxist theory: the contemporary debate in the thought of Olin Wright, Bourdieu and klaus Eder**

**Keywords: Social classes; Marxism; Middle class; Collective action**

**Area de Concentração : -----**

**Titulação:** Mestre em Ciências Economicas

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia

Profa. Dra. Ligia Maria Osorio Silva

Prof. Dr. Brasilio João Sallum Junior

**Data da defesa:** 09-11-2007

**Programa de Pós-Graduação: Economia**

Dissertação de Mestrado

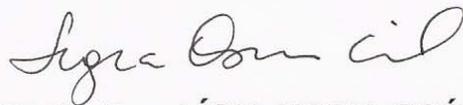
Aluna: LUCIANA DE SANT'ANNA BUCHALA

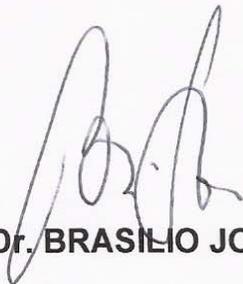
**“ As Classes Sociais entre os Impasses da Teoria Marxista:  
O Debate Contemporâneo em Olin Wright, Bourdieu e Klaus Eder “**

Defendida em 09 / 11 / 2007

**COMISSÃO JULGADORA**

  
**Prof. Dr. JORGE RUBEN BITON TAPIA**  
Orientador – IE / UNICAMP

  
**Profa. Dra. LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA**  
IE / UNICAMP

  
**Prof. Dr. BRASÍLIO JOÃO SALLUM JUNIOR**  
USP

## Resumo

A proposta do trabalho de pesquisa é avaliar as contribuições teóricas de Olin Wright, Bourdieu e Klaus Eder ao entendimento das classes sociais nas sociedades contemporâneas. De forma mais específica, foram estudadas as respostas dadas pelos referidos autores às dificuldades teóricas enfrentados pela teoria marxista em relação a: 1) a problemática da classe média e 2) a ligação entre classe e ação coletiva. Mostrou-se como as fronteiras de classe são fruto, em Wright, das operações analíticas do pesquisador, enquanto, em Bourdieu, emergem das práticas das classes. A noção de *habitus* de Bourdieu gera práticas e representações diferenciadas que funcionam como princípios de inclusão e exclusão e marcam as distâncias e afinidades, recortando, assim, as fronteiras entre as classes. Wright, por sua vez, mantém-se na apreensão da dimensão objetiva das relações de classe, definindo critérios teóricos a fim de especificar quem está fora e quem está dentro de determinada classe. No entanto, não é possível falar em fronteiras entre quaisquer grupos sociais sem considerar como essas fronteiras são simbolicamente construídas na realidade. Também foi analisado como Eder foi capaz de mostrar que os novos movimentos sociais estão ligados à classe média por refletirem aspectos da cultura dessa classe, e não por veicularem seus interesses materiais. Nesse sentido, o autor substitui a consciência de classe pela cultura como elo entre classe e ação coletiva, o que permite superar algumas dificuldades que a noção de consciência de classe colocava. Por exemplo, a dificuldade de se afirmar o condicionamento desses movimentos por determinada classe quando as reivindicações dos movimentos sociais não são veiculadas em termos classistas. Outra dificuldade era a exigência de uma atitude reflexiva a respeito da posição ocupada na estrutura social e dos interesses “fundamentais” correspondentes.

**Palavras-chave:** Classes Sociais; Marxismo; Classe Média; Ação Coletiva; Olin Wright; Bourdieu; Klaus Eder

## Abstract

The proposal of this research is to evaluate the theoretical contributions of Olin Wright, Bourdieu and Klaus Eder to the understanding of the social classes in contemporary societies. Specifically, it studies the authors' answers to the difficulties found in Marxist theory related to: 1) the middle classes and 2) the link between class and collective action. It reveals how the class borders are the result, in Wright's thought, of the analytical operations of the researcher, while, in Bourdieu's thought, they emerge from the class practices. The notion of *habitus* proposed by Bourdieu generates practices and representations that function as principles of inclusion and exclusion and thus they mark the distances and affinities that trace the class borders. Wright, in turn, remains itself in the apprehension of the objective dimension of class relations and defines theoretical criteria in order to specify who are inside and who are outside of a social class. However, it is not possible to speak in borders between any social groups without considering how these borders are symbolically constructed in reality. It also analyzes how Eder was capable to show that the new social movements are linked to the middle classes because they reflect aspects of the culture of this class, and not because they propagate its material interests. In this sense, the author substitutes the class conscience by the culture as the link between social classes and collective action. This allows to solve some difficulties placed by the notion of class conscience. For example, the difficulty of recognizing the class conditioning of social movements when their claims are not propagated in class terms. Another difficulty was the requirement of a reflexive attitude regarding the position in the social structure and the corresponding interests.

**Key-words:** Social Classes; Marxism; Middle Class; Collective Action; Olin Wright; Bourdieu; Klaus Eder

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I</b>	<b>Olin Wright e a estrutura de classe 9</b>
introdução	9
escopo da análise de classe de Wright	9
reconstrução teórica do conceito marxista de estrutura de classe	12
exploração e classes	13
estrutura de classes no capitalismo contemporâneo	15
debates e reconsiderações	19
investigações empíricas	21
classe e política	24
consciência individual de classe	26
formas coletivas de formação de classe e luta de classe	27
conclusão	29
<b>Capítulo II</b>	<b>Bourdieu e a dimensão simbólica da análise de classe 33</b>
introdução	33
construção do espaço social e estrutura de classe	35
<i>habitus</i> e estilos de vida	39
classes teóricas e classes reais	43
conflitos de classe	49
mudança social	54
conclusão	57

<b>Capítulo III</b>	<b>Klaus Eder e a nova política de classe</b>	<b>61</b>
	introdução	61
	Parte I: por uma teoria sociológica da ação coletiva	62
	uma análise da estrutura de classe	62
	uma construção teórica dos atores coletivos	66
	a cultura como elo entre classe e ação coletiva	68
	papel das classes no desenvolvimento social	71
	Parte II: classe e os novos movimentos sociais	74
	uma análise sociológica dos novos movimentos sociais	74
	novos conflitos de classe	76
	a natureza como um novo campo de luta de classe	79
	conclusão	82
<b>Conclusão</b>	<b>87</b>	
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>103</b>	

## Introdução

O campo das ciências sociais tem presenciado, nas últimas décadas, o amplo questionamento da relevância da categoria classe social para explicar tanto a estrutura social como os processos sociais. As correntes de pensamento pós-modernas, identificadas com esse tipo de questionamento, contestam os mecanismos de classe como os únicos e/ou principais fatores que moldam a estrutura de desigualdades materiais e simbólicas, além da capacidade desses mecanismos para explicar processos de ação coletiva e mudança social.

Esse questionamento esteve relacionado, em parte, às dificuldades teóricas e políticas da teoria marxista de classe. Identificamos duas dificuldades que consideramos centrais, as quais serão objeto de análise deste trabalho: a problemática da classe média e a ligação entre classe e ação coletiva.

A expansão das posições sociais intermediárias na estrutura social tem sido motivo de debate no interior do marxismo há mais de um século, quando despertou a controvérsia revisionista entre os teóricos do Partido Social Democrata alemão na década de 1890 (Wacquant, 1991; Przeworski, 1989; Burris, 1986; Wright, 1985). Tal debate pode ser remontado às deficiências e/ou ambigüidades da teoria de Marx em relação a esse grupo social. É comumente considerada a idéia de Marx, particularmente explicitada no Manifesto Comunista, de que o desenvolvimento capitalista conduziria à polarização da estrutura social, de modo que os grupos intermediários seriam progressivamente absorvidos na classe operária<sup>1</sup>. Diante disso, Wright (1985) afirma que “*The historical record of the past hundred years has convinced many marxists that this image of a pervasive tendency towards radical polarization of class relations within capitalist societies is incorrect*” (Wright, 1985: p. 8) e relaciona, como um dos pontos centrais da agenda da

---

<sup>1</sup> Referimo-nos a essa visão como a mais comum, pois existem tentativas de mostrar que Marx, em textos como Teorias da mais-valia, não ignorava a expansão das classes médias. No entanto, como argumenta Burris (1986), essas tentativas são falhas no sentido de que não consideram que Marx não incorporou de fato a existência da classe média em seu modelo abstrato da dinâmica capitalista.

análise de classe marxista, a necessidade de dar uma resposta teórica à expansão da classe média, principalmente porque se trata de uma questão essencial para a análise das preocupações do marxismo com o desenvolvimento das contradições do capitalismo e com as condições para a transformação revolucionária.

A segunda questão a que nos referimos, a ligação entre classe e ação coletiva, é também apontada por Wright (1985) como um problema a ser enfrentado pela análise de classe marxista<sup>2</sup>. No marxismo, essa questão aparece comumente como a problemática da transformação da classe em si em uma classe para si<sup>3</sup>, ou seja, o problema “*resume-se em saber como um grupo de indivíduos ocupantes de lugares torna-se uma coletividade em luta para realização de seus interesses objetivos*” (Przeworski, 1989: p.86). Essa formulação admite duas respostas possíveis: na visão determinista, as relações objetivas de classe necessária e espontaneamente expressam-se na esfera política; segundo a perspectiva voluntarista, as classes só se formam politicamente a partir da intervenção organizada do partido. No entanto, em ambos os casos, há uma determinação mecânica entre as posições nas relações de classe e os atores coletivos, isto é, na problemática da classe em si, os lugares nas relações de produção determinam exclusivamente quais classes poderão eventualmente emergir como classes em luta. Przeworski (1989) aponta para a deficiência dessa visão afirmando que

*“Se os lugares ocupados nas relações de produção são considerados os únicos determinantes da organização coletiva, então de fato quando a classe operária está formada como uma classe em si deve progressivamente tornar-se um agente político. Assim, na medida em que os operários não agem politicamente como tal, a teoria marxista torna-se no mínimo “incompleta”, sendo necessário encontrar*

---

<sup>2</sup> O autor defende a necessidade de “*much more systematically analysing the problem of the translation of this structure of relations into the formation of collective actors*” (Wright, 1985: p. 13).

<sup>3</sup> Conforme Przeworski (1989), a distinção das categorias “classe em si” e “classe para si” foi introduzida por Marx em *Miséria da Filosofia*. A classe em si é o “saco de batatas”, uma categoria definida pelo compartilhamento de condições objetivas, ou seja, econômicas. A classe para si é caracterizada pela organização política e consciência de classe. No entanto, outros autores, como Andrew (1983), rejeitam a tese de que essa distinção possa ser identificada nos trabalhos de Marx.

*explicações “residuais” para, por exemplo, por que as viúvas católicas da classe operária francesa têm praticamente cem por cento de probabilidade de votar na direita” (Pzeworski, 1989: p. 98)<sup>4</sup>.*

Outra crítica à forma como o marxismo conecta classe e ação foi formulada por Lockwood (1988) ao argumentar que “*the weakest link in the chain*” reside na inadequação da teoria da ação de Marx, na qual o autor identifica uma filiação ao utilitarismo. Lockwood justifica essa afirmação ao mostrar que, na teoria da ação de Marx, os atores agem exclusivamente a partir do princípio da racionalidade, isto é, com base na apreensão de sua própria condição, adequam meios a fins determinados por sua posição estrutural. Nesse sentido, os capitalistas são descritos por Marx como acumuladores racionais, enquanto que aos operários é imputado o interesse extra-sistêmico de abolir a divisão de classes. Os desvios a esse comportamento são explicados por erro ou ignorância ou, em outras palavras, pelas barreiras ideológicas à razão do proletariado<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A resposta de Przeworski (1989) diante disso é sublinhar que as classes, como atores coletivos, são o efeito de lutas, as quais são condicionadas não apenas pelas relações de produção, mas também por relações políticas e ideológicas. Nesse sentido, não há ligação necessária entre localizações econômicas e atores coletivos, de modo que o autor considera as relações sociais como uma estrutura de escolhas dada em um momento particular da história: “*As relações sociais são dadas para um sujeito histórico, individual ou coletivo, como esferas de possibilidades, estruturas de escolha*” (Pzeworski, 1989: p. 93). Em outros termos, mais de um resultado para os processos de formação de classe encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelas relações sociais.

<sup>5</sup> Conforme foi exposto, acreditamos que o problema da ligação entre classe e ação coletiva é efeito de uma sub-teorização do marxismo e não que tenha surgido diante da onda de protesto social a partir da década de 70, como defende Sallum Jr. (2005). Conforme o autor, o fato dos emergentes movimentos de protesto – ligados à defesa da paz, do meio ambiente, dos direitos humanos – não estarem vinculados ao proletariado desafiava a visão marxista de que a classe operária era o sujeito histórico da transformação: “*A projeção política das camadas intermediárias abalava, implicitamente, um dos pilares básicos do marxismo, a atribuição ao proletariado da missão revolucionária de superar o capitalismo*” (Sallum Jr., 2005: p. 15). No entanto, argumentamos que, uma vez que o foco da análise marxista era a ação coletiva revolucionária, a emergência dos movimentos de reivindicação política não contraria a perspectiva marxista porque aqueles tinham como objetivo reivindicar a transformação de alguns aspectos da organização social, mas não fazia parte de seu horizonte o questionamento da propriedade privada, como é o caso da ação revolucionária. Na realidade, entendemos que os referidos movimentos de protesto demonstram mais a deficiência do marxismo em reconhecer o status teórico e o papel político da classe média do que em estabelecer os elos teóricos entre classe e ação coletiva, dificuldade essa que já estava posta para explicar a própria mobilização da classe operária.

### *Uma breve apresentação*

Nesse contexto, surgiram, tanto no interior do marxismo quanto a partir de outras matrizes sociológicas, propostas de reformulação do conceito de classe que buscavam responder aos problemas teóricos e políticos enfrentados pela teoria marxista de classe. Esses trabalhos buscavam reafirmar a relevância dessa categoria nas sociedades contemporâneas, embora possivelmente com uma redução do escopo anteriormente característico da teoria marxista de classes.

Destaca-se, primeiramente, o trabalho do neo-marxista Erik Olin Wright, cujo principal objetivo é fornecer, dentro dos parâmetros da teoria marxista, um tratamento teórico à chamada classe média, o que o autor considera como um dos problemas centrais a ser resolvido pela análise de classe marxista. Partindo de uma reformulação do conceito de exploração desenvolvido por John Roemer, Wright define a estrutura de classe a partir das desigualdades na distribuição dos ativos produtivos, nos quais estão incluídos a força de trabalho, os meios de produção, os ativos organizacionais e os ativos de qualificação. Como resultado, ao lado da burguesia, do proletariado e da pequena-burguesia, são delimitadas as posições contraditórias de classe, as quais, por serem proprietárias dos ativos organizacionais e/ou dos ativos de qualificação, são simultaneamente exploradas e exploradoras. A partir disso, o autor procura demonstrar como a estrutura de classe assim definida é capaz de descrever satisfatoriamente o padrão de distribuição de renda e de consciência individual entre as classes sociais.

Uma das críticas mais freqüentes dirigidas ao trabalho de Wright é o questionamento da capacidade das noções de ativos organizacionais e de qualificação manterem a definição das classes com base no conceito marxista de exploração. É preciso destacar também que Wright se limita a considerar as classes sociais apenas como elemento da estrutura social. Em outros termos, as classes não são analisadas da perspectiva da formação e do conflito de classe, dimensões que o próprio autor reconhece como tarefas de uma análise marxista de classe.

Os trabalhos de Pierre Bourdieu também podem ser vistos como uma contribuição à revisão do tratamento sociológico das classes sociais. Trata-se de uma abordagem culturalista das classes que redefine a forma de apreender a estrutura social ao chamar a atenção para a importância das representações simbólicas na identificação das classes reais. Bourdieu constrói um mapa de classes que não se baseia na relação com os meios de produção, mas na posição relativa quanto à proporção de capital econômico e cultural e quanto ao nível de capital global possuído. A essa definição abstrata das classes, o autor introduz a noção de *habitus*, a qual permite fazer a ligação entre as posições objetivas de classe e as práticas de classe. Nesse sentido, o *habitus*, como um princípio gerador de práticas, pretende substituir o conceito de consciência de classe da teoria marxista de classe. Surge, nesse contexto, a discussão sobre a incapacidade da noção de *habitus* de elucidar processos de auto-transformação, o que significa uma limitação da abordagem de Bourdieu para explicar a emergência de mobilizações coletivas.

Diante disso, Klaus Eder, em seu livro “*A nova política de classes*”, se apropria dos desenvolvimentos de Bourdieu a fim de elaborar uma teoria sociológica da ação coletiva, mostrando como se articulam classe e ação coletiva. Nesse sentido, essa abordagem constitui-se como uma reação tanto à teoria marxista das classes, como à postura de negar a relevância da categoria classe social na apreensão dos fenômenos sociais, particularmente dos movimentos sociais. A construção teórica de Eder sobre a relação entre classe e ação coletiva é uma crítica à visão da classe como sujeito histórico, segundo a qual a classe trabalhadora, dotada de consciência racional sobre sua existência, seria a portadora da ação transformadora da história. Diante disso, o autor afirma que as classes não são atores históricos, mas funcionam apenas como uma estrutura sócio-cultural de oportunidades para a ação coletiva. Nesse contexto, o foco central da análise de Eder recai sobre a chamada classe média, a qual não somente ganha o status de uma classe em potencial como é analisada em sua relação com os novos movimentos sociais, que são vistos como parte de um novo antagonismo de classe. O que permite ver as classes médias como classe em potencial é sua inserção direta em uma nova relação social

antagônica, definida pelo controle sobre os meios de criar uma forma de existência baseada na identidade. Nessas condições, os novos movimentos sociais, como manifestação desse novo tipo de relação de classe, constituem o processo em que se dá a construção da classe média, pois é por meio deles que se processa a construção social de uma identidade coletiva como classe social. É nesse sentido que a ação coletiva possui impactos também sobre a estrutura social e as relações de classe.

### *Objetivos*

O trabalho de pesquisa se propõe a avaliar as contribuições teóricas ao entendimento das classes sociais nas sociedades contemporâneas presentes nos trabalhos de Olin Wright, Bourdieu e Klaus Eder. De forma mais específica, pretende-se recuperar as respostas dadas, tanto no interior do marxismo quanto em outras matrizes sociológicas, às dificuldades teóricas enfrentados pela teoria marxista de classe em relação a: 1) a problemática da classe média e 2) a ligação entre classe e ação coletiva. Nessas condições, trata-se de analisar como os autores reformulam o conceito de classe social de modo a reafirmar a relevância dessa categoria nas ciências sociais<sup>6</sup>. A escolha dos referidos autores se orientou pela proposta de estudar abordagens contemporâneas que representassem um diálogo direto com o marxismo e seus impasses teóricos<sup>7</sup>.

Diante disso, a pesquisa será composta por três capítulos, além desta introdução e da conclusão. Os três capítulos examinarão as abordagens de classe de Olin Wright, Bourdieu e Klaus Eder a partir dos seguintes aspectos: pressupostos, definição dos conceitos, ambições explanatórias e diferenças em relação à teoria marxista de classes. Na conclusão, será desenvolvido um balanço das abordagens de classe no sentido de

---

<sup>6</sup> É preciso ressaltar que as abordagens estudadas aqui têm como referência as sociedades dos países desenvolvidos, de modo que seria necessário desenvolver mediações teóricas a fim de aplicá-las à compreensão da realidade de países subdesenvolvidos, o que não pertence ao escopo deste trabalho.

<sup>7</sup> Nesse sentido, optou-se por excluir dos autores analisados o trabalho de John H. Goldthorpe. Apesar de amplamente citado nos debates sobre classes sociais, o autor costuma ser referido como uma abordagem neo-weberiana e, desta forma, não se propõe a dialogar com os impasses da teoria marxista.

avaliar como nos permitem avançar em relação aos problemas enfrentados pela teoria marxista de classe.

## Olin wright e a estrutura de classe

### *I. introdução*

Os trabalhos de Olin Wright constituem uma proposta para repensar sistematicamente o conceito marxista de estrutura de classe. Particularmente, as discussões presentes nos livros *Classes* e *Class counts* se situam entre as tentativas de superar as dificuldades do marxismo clássico em conceituar a chamada “classe média”.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os eixos centrais da análise de classe de Olin Wright. Para tanto, iniciamos por explicitar as motivações, objetivos e alcance da abordagem do autor. Em seguida, consideramos como Wright reconstrói teoricamente o conceito marxista de estrutura de classe. Na seção seguinte, examinamos as investigações empíricas que utilizam o arcabouço teórico de Wright. Por fim, buscamos mostrar como a abordagem de Wright compreende a relação entre classe e política, ou seja, como a estrutura de classe se traduz na formação de atores coletivos organizados com ideologias e estratégias específicas.

### *II. escopo da análise de classe de Wright*

Antes de apresentarmos de forma mais detalhada a análise de classe de Olin Wright, iniciaremos por explicitar as motivações, objetivos e alcance da abordagem do autor, o que fornecerá um enquadramento para a compreensão dos desenvolvimentos teóricos e empíricos comentados nas seções seguintes.

Segundo Wright, a análise de classe possui os seguintes elementos conceituais: estrutura de classes, formação de classe, consciência de classe e luta de classe. Diante disso, a tarefa da análise de classe é compreender as interconexões entre esses elementos

e suas conseqüências para outros aspectos da vida social.

No entanto, o autor afirma que seu objeto de análise se limita ao problema da estrutura de classe (Wright, 1985: p. 15). Particularmente, trata-se de desenvolver, dentro dos parâmetros da teoria marxista, um tratamento teórico da chamada classe média, o que o autor considera como um dos problemas centrais a serem resolvidos pela análise de classe marxista. Wright não afirma que a estrutura de classe seja, em qualquer situação, o mais importante princípio explicativo, mas justifica seu objeto assinalando a importância de uma definição precisa e coerente da estrutura de classe para a compreensão dos outros elementos da análise de classe: *"The concept of class structure imparts the essential content of the adjective "class" when it is appended to "formation", "consciousness" and "struggle" (Wright, 1998: p.3).*

Além disso, Wright distingue duas características de uma análise de classe: o nível de abstração dos conceitos e o nível de análise. Os conceitos diferem por serem mais ou menos abstratos ou concretos, sendo que os mais abstratos constituem uma classificação das formas variáveis dos conceitos mais concretos (Wright, 1998: pp. 273-274). Na análise marxista de classe, o conceito de estrutura de classe, em seu nível mais abstrato, pretendia diferenciar os vários modos de produção; já em níveis mais concretos, era utilizado para analisar a variação da estrutura de classe no tempo e no espaço em um dado modo de produção.

A distinção entre os níveis micro e macro de análise se refere ao nível de agregação do fenômeno social ao qual os conceitos se referem (Wright, 1998: pp. 274-275). Em uma análise de nível macro, as estruturas de classe devem descrever a característica central da sociedade como um todo e permitir a compreensão de fenômenos relacionados à dinâmica do desenvolvimento social. Uma análise de nível micro considera a estrutura de classe enquanto um conjunto de localizações preenchidas por indivíduos e pretende examinar como essa estrutura afeta diretamente os indivíduos ocupantes das

localizações de classe<sup>8</sup>.

Nesse contexto, Wright situa a tradição marxista da seguinte maneira:

*“The marxist concept of class structure has traditionally been constructed most systematically as highly abstract macro-structural concept. Class structure were defined in terms of models of pure modes of production (slavery, feudalism, capitalism, communism) and used to understand the broad, macro-structural dynamics of social development”* (Wright, 1998: p. 275).

Diante disso, o autor se posiciona e define o escopo de sua própria investigação:

*“The central thrust of my work on class structure has been to try to produce, within a broadly marxist theoretical framework, a class structure concept capable of being used in analysis of micro-level processes at a relatively low level of abstraction”* (Wright, 1998: p.272). Para se mover do abstrato ao concreto, a operação que Wright faz é assumir as estruturas concretas de classes como uma combinação de relações de classes definidas em termos abstratos. Já a estratégia para desenvolver uma análise micro da estrutura de classe consiste em analisar como as relações de classes estão incorporadas nas ocupações específicas, já que as ocupações são os lugares vazios preenchidos pelos indivíduos no interior do processo de produção.

O autor se justifica ao expor suas motivações: somente a elaboração de um conceito de estrutura de classe mais concreto e especificado em um nível de análise micro permite a compreensão das relações causais entre a estrutura de classes, a formação de classe, a consciência de classe e a luta de classe, entendimento esse que constitui, para Wright, a tarefa de uma análise marxista de classe. De forma mais específica, a preocupação do autor é elucidar as possibilidades de alianças de classes em torno de um projeto político socialista e de democracia radical e, para isso, é necessário lidar com a questão da classe média no capitalismo contemporâneo. Isso só poderia ser feito,

---

<sup>8</sup> *“To be in a class location is to be subjected to a set of mechanisms that impinge directly on the lives of individuals as they make choices and act in the world. (...) to develop a concept of class structure at the micro level of analysis is to elaborate the concept in terms of such mechanisms that directly affect individuals within class locations”* (Wright, 1989: p.275).

conforme Wright, com a produção de conceitos mais concretos do que aqueles que o marxismo tradicionalmente utilizava. Vale recuperar suas próprias palavras por serem significativas para o entendimento da posição política que motiva toda a abordagem de Wright:

*“I felt that any viable democratic socialist politics in advanced capitalist societies must contend with the problem of the formation of durable political coalitions between segments of the “middle class” and the working class. Overly abstract and macro-level concepts of class structure did not seem to provide the categories necessary for exploring the problem of forging such coalitions in the process of class formation”* (Wright, 1998: p. 272).

Do ponto de vista das pesquisas empíricas, esta orientação para a análise micro e para a produção de conceitos mais concretos conduz a dois tipos de investigações: 1. a análise do impacto das posições de classe sobre a vida dos indivíduos e 2. a análise comparativa das estruturas de classe das sociedades capitalistas contemporâneas.

### ***III. reconstrução teórica do conceito marxista de estrutura de classe***

Em *Classes*, Wright utiliza a distinção entre os conceitos estruturalistas de modo de produção e formação social para argumentar que uma sociedade capitalista contemporânea deve ser analisada como uma formação social, o que significa caracterizá-la não por uma única forma de exploração, mas como uma combinação complexa de modos de produção. Nessas condições, além da exploração capitalista baseada na propriedade dos meios de produção, existem as relações de exploração estruturalmente subordinadas ao capitalismo, as quais, apesar de subordinadas, geram a base material para formas secundárias de relações de classe. Desta forma, Wright afirma que as “classes médias” devem ser entendidas como localizações da estrutura de classe caracterizadas como exploradas em termos dos mecanismos capitalistas de exploração e exploradoras em termos de um ou mais mecanismos secundários. O autor identifica duas formas

secundárias de exploração: a exploração baseada no controle de ativos organizacionais e a exploração baseada na propriedade de ativos de qualificação.

### **Exploração e classes**

Para entender a razão pela qual os ativos organizacionais e os ativos de qualificação são tratados como base de uma forma distinta de exploração, é preciso explicitar a noção de exploração utilizada por Wright.

O conceito de exploração desse autor é uma modificação do conceito desenvolvido por John Roemer. Wright absorve a idéia central da análise de Roemer<sup>9</sup>, qual seja, a base material da exploração consiste na desigualdade da distribuição dos ativos produtivos. Nesse sentido, diferentes mecanismos de exploração são definidos em relação a diferentes tipos de ativos, o que equivale a dizer que diferentes sistemas de classe são definidos pelas relações sociais de produção constituídas com base nos direitos de propriedade de cada ativo.

Nessa formulação da exploração em termos da desigualdade da distribuição dos ativos produtivos, o bem-estar da classe exploradora depende apenas da privação da classe explorada em relação aos direitos de propriedade. A modificação que Wright opera é definir tal condição como opressão econômica e caracterizar a exploração como uma combinação de opressão econômica e apropriação dos frutos do trabalho de uma classe por outra, sendo que a capacidade de se apropriar dos frutos do trabalho alheio se origina da desigualdade de ativos. Nesse sentido, na exploração, o bem-estar da classe exploradora depende não apenas da privação da classe explorada, mas também de seu trabalho. Dessa forma, essa noção de exploração permite explicar o antagonismo de

---

<sup>9</sup> Na elaboração teórica de Roemer, a exploração não é explicada pela teoria do valor trabalho, mas pelo auxílio da teoria dos jogos. A abordagem da teoria dos jogos permite, segundo o autor, caracterizar os diversos mecanismos de exploração em diferentes tipos de estrutura de classe, independentemente da existência ou não da propriedade privada dos meios de produção. A idéia básica para julgar se uma dada configuração da organização da produção se baseia em um mecanismo de exploração consiste em montar um “jogo de retirada”, em que são definidas regras de “retirada” para condições contra factuais em que os atores estariam melhor. Assim, se houver alguma opção factível em que um grupo esteja melhor como resultado de sua retirada da economia, esse grupo deve ser visto como explorado. Como exemplo, a regra que define a exploração capitalista é a retirada vantajosa de um grupo com sua parte *per capita* de ativos físicos.

interesses, bem como a interdependência entre as classes.

Vale dizer algumas palavras sobre o uso da expressão frutos do trabalho. Wright define a apropriação dos frutos do trabalho alheio como a situação em que uma pessoa consome mais do que produz. Diante disso, o autor explicita seu distanciamento em relação à teoria do valor trabalho: "*I use the expression 'the fruits of labour' rather than 'labour' since the definition is meant to be independent of the tenets of the labour theory of value*" (Wright, 1985: p.100, nota 18).

Com base na idéia de exploração apresentada, Wright define uma tipologia das formas de exploração e seus respectivos sistemas de classe, incorporando quatro ativos como base das diferentes formas de exploração: força de trabalho, meios de produção, ativos organizacionais e ativos de qualificação. De forma geral, a consideração desses quatro ativos é justificada pelo fato de que, segundo o autor, permitem aos seus possuidores a apropriação de excedente social, que caracteriza a relação de exploração. Diante disso, observamos que a análise de Wright das divisões de classe está baseada em uma visão multidimensional da exploração. Vale dizer que a definição de uma tipologia das formas de exploração é consequência da visão marxista de Wright segundo a qual seus conceitos devem possibilitar a explicação dos vários modos de produção, ou seja, para o autor, o marxismo deve ser também uma teoria da história.

O feudalismo é um sistema de classe baseado na distribuição desigual dos direitos de propriedade da força de trabalho, sendo o excedente apropriado diretamente dos trabalhadores na forma de trabalho compulsório ou obrigações.

No capitalismo, o principal mecanismo de exploração se baseia na distribuição desigual dos meios de produção. Conforme Wright, o excedente é apropriado através das trocas mercantis de força de trabalho e mercadorias, consistindo na diferença entre aquilo que os capitalistas pagam aos trabalhadores como custo de reprodução da força de trabalho e aquilo que recebem pelas mercadorias produzidas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Em comentário a essa afirmação, mais uma vez Wright explicita seu distanciamento em relação à teoria do valor trabalho: "*It should be noted that this claim is logically independent of the labour theory of value. There is no assumption that commodities exchange in proportions regulated by the amount of socially necessary labour*"

Wright chama de estatismo ao sistema em que a exploração se baseia na desigualdade do controle efetivo sobre os ativos organizacionais. O mecanismo pelo qual a propriedade dos ativos organizacionais permite a transferência de excedente envolve a apropriação pela burocracia de planejamento e a distribuição ao longo de hierarquias.

Os ativos organizacionais são considerados como base de uma forma distinta de exploração, pois, para o autor, a forma como o processo produtivo é organizado é um ativo produtivo distinto que permite aos gerentes/burocratas a apropriação de excedente, sendo, assim, caracterizados como exploradores. Desta forma, os ativos organizacionais constituem a base de uma estrutura particular de relações sociais, ou seja, a relação entre gerentes e trabalhadores.

No socialismo, a exploração é baseada na propriedade dos ativos de qualificação e o mecanismo de apropriação se processa através da redistribuição negociada do excedente dos trabalhadores para os profissionais qualificados.

Os ativos de qualificação são fontes de uma forma de exploração uma vez que tenham sua oferta restrita, o que tem como resultado salários acima dos custos de produção das qualificações, caracterizando, assim, a apropriação de excedente pelos profissionais qualificados. No entanto, Wright reconhece que a ligação entre os ativos de qualificação e o conceito de classe não foi teorizada satisfatoriamente:

*“While the ownership of skill assets may be the basis of exploitation mediated by market exchanges and internal labour-markets, it is much less clear that it is the basis of a class relation. Experts may have distinct interests from non-experts, but they are not clearly constituted as a class in relation to non-experts”* (Wright, 1985: p.95).

### **Estrutura de classes no capitalismo contemporâneo**

Wright considera que, no capitalismo, o principal mecanismo de exploração se baseia na distribuição desigual dos meios de produção, o que define as localizações de

---

*embodied in them”* (Wright, 1985: p. 102, nota 32).

classe dos trabalhadores e dos capitalistas. No entanto, a abordagem do autor, que pretende definir a estrutura de classes em termos de mecanismos de exploração, permite identificar dois tipos de localizações de classe não polarizadas nas sociedades capitalistas contemporâneas. A primeira é a pequena burguesia, que são as localizações de classe que não são exploradas nem exploradoras, mas são constituídas por pessoas que possuem exatamente a quantidade *per capita* do ativo relevante, ou seja, os meios de produção.

Além disso, como resultado do fato de que a estrutura de classe de dada sociedade é caracterizada por padrões complexos de intersecção entre diversas relações de exploração, há as localizações de classe que são exploradoras em uma dimensão das relações de exploração e são exploradas em outra. Deste modo, entre os assalariados, as localizações se distinguem pelas duas relações subordinadas de exploração características da sociedade capitalista, ou seja, as relações de classe baseadas em ativos organizacionais e em ativos de qualificação.

A partir desses conceitos, Wright constrói um mapa das localizações de classe da sociedade capitalista (tabela 1 abaixo). Vale dizer que, conforme o autor, as células dessa tipologia não são classes, mas localizações em relações de classe. Trata-se, desta forma, de um modelo de estrutura de classe que diferencia doze localizações no interior de relações de classe.

Desenvolver conceitos que permitam localizar a chamada classe média em uma estrutura de classe é somente parte da resposta ao problema de lidar teoricamente com esse grupo social dentro do marxismo. É necessário responder qual a implicação dessa abordagem para a definição do posicionamento político das localizações de classe média. Wright afirma, inicialmente, que essas posições possuem interesses contraditórios em relação à forma primária de luta de classes na sociedade capitalista, ou seja, a luta entre o capital e o trabalho. Por um lado, os indivíduos que ocupam as localizações contraditórias são excluídos da propriedade dos meios de produção como os trabalhadores. Por outro lado, teriam interesses opostos aos trabalhadores devido ao controle dos ativos organizacionais e de qualificação.

Mais adiante em seu texto, Wright avança em sua opinião sobre as implicações políticas de sua abordagem ao afirmar que sua conceituação da classe média tem como consequência o deslocamento do proletariado como único ou principal rival da classe capitalista na disputa pelo poder<sup>11</sup>. Em outros termos, o autor acredita que gerentes e burocratas constituiriam forças sociais potencialmente capazes de oferecer uma alternativa ao capitalismo. Para Wright, o capitalismo atende aos interesses de gerentes e burocratas enquanto é capaz de dar continuidade ao processo de acumulação. No entanto, em condições econômicas de estagnação, podem se tornar mais atraentes os apelos por um maior envolvimento direto do Estado no controle dos investimentos: “*The important point in the present context is not that there be any inevitability to the emergence of such conditions, but that one can imagine historical conditions under which managers and bureaucrats even in the advanced capitalist countries would find anti-capitalist, statist solutions attractive*” (Wright, 1985: p. 91).

---

<sup>11</sup> Essa idéia ressoa as teses defendidas por Alvin Gouldner (1980).

Tabela 1- Tipologia das localizações de classe na sociedade capitalista

Proprietários dos meios de produção	Não-proprietários (trabalhadores assalariados)			
1 Burguesia (possui capital suficiente para empregar trabalhadores e não trabalhar)	4 Gerentes especialistas	7 Gerentes semi-qualificados	10 Gerentes não qualificados	-
2 Pequenos empregadores (possui capital suficiente para empregar trabalhadores, mas precisa trabalhar)	5 Supervisores especialistas	8 Supervisores semi-qualificados	11 Supervisores não qualificados	>0
3 Pequena burguesia (possui capital suficiente para trabalhar para si, mas não para empregar trabalhadores)	6 Não-gerentes especialistas	9 Trabalhadores semi-qualificados	12 Trabalhadores não qualificados	+
	+	>0	-	
	Ativos de qualificação			Ativos organizacionais

Fonte: Wright, 1985: p.88.

### **Debates e reconsiderações**

A forma como Wright teoriza as classes promoveu um extenso debate, particularmente em torno do uso das categorias de ativos organizacionais e ativos de qualificação para definir relações de classe.

Segundo Carchedi (1998), os ativos organizacionais e de qualificação não definem classes, pois não podem ser distinguidos dos ativos de capital e da força de trabalho, respectivamente. De forma mais específica, o autor argumenta que os ativos de qualificação não engendram uma relação de exploração entre possuidores de credenciais e não possuidores. Assim, as classes de Wright seriam grupos ocupacionais como na teoria da estratificação.

Burris (1998) critica o tratamento dos ativos organizativos e de qualificação definidos de forma independente da exploração capitalista, como tipos separados de relação de propriedade. No caso dos ativos organizacionais, isso significa supor um grau de conflito entre capitalistas e administradores incompatível com o comportamento político observado entre eles. No caso dos ativos de qualificação, isso significa desconsiderar o caráter precário e dependente do privilégio baseado em credenciais, ou seja, o acesso às ocupações mais qualificadas, bem como os privilégios que fornecem, estão condicionados pelos poderes e interesses investidos na propriedade privada dos meios de produção.

Meiksins (1998) questiona a consideração dos ativos organizacionais e de qualificação como princípios de divisão de classe ao afirmar que as distinções e conflitos originados por diferenças de qualificação e hierarquia podem ser apenas formas de diferenciação e desunião no interior das classes polares da sociedade capitalista. Em outros termos, o autor critica a idéia de que aqueles ativos sejam base para a constituição de interesses de classe específicos de administradores e profissionais qualificados, o que conduziria à adoção de projetos de classe autônomos em relação à classe trabalhadora.

Algumas das críticas recebidas por Wright o conduziram a reconsiderar pontos importantes de sua teorização. Em artigo intitulado "Rethinking the concept of class

structure”<sup>12</sup>, o autor indica os problemas que considera incontornáveis em sua proposta de análise. Conforme mostramos, gerentes e profissionais qualificados eram tratados como exploradores em virtude da apropriação de excedente. No entanto, Wright assume a dificuldade de considerar tal apropriação de excedente como exploração: como os gerentes e especialistas também contribuem para a geração do excedente por meio de seu trabalho, sua renda pode refletir apenas sua capacidade de se apropriar da parte do excedente que eles mesmos contribuem para produzir. Assim, em vez de exploradores, os gerentes e especialistas podem ser simplesmente menos explorados do que outros assalariados. Além disso, o autor afirma que, no caso dos ativos de qualificação, realmente não existe uma relação social que ligue especialistas e trabalhadores sem qualificação – como na relação entre capital e trabalho – e defina interesses antagônicos entre eles. Por fim, Wright também questiona sua suposição de que gerentes e especialistas tenham um interesse material objetivo na eliminação da exploração capitalista e na criação de uma sociedade onde a exploração tenha como base seus ativos organizacionais e de qualificação. Na realidade, gerentes e especialistas possuem orientação ideológica pró-capitalista.

Diante disso, em *Class counts*, Wright abandona sua abordagem de mecanismos múltiplos de exploração e recupera sua antiga abordagem baseada em posições contraditórias em relações de classe<sup>13</sup>. Assim, em *Class counts*, o autor considera dois aspectos como dimensões das relações de classe entre assalariados: relação com autoridade e qualificação. No entanto, ao contrário da abordagem anterior, gerentes e especialistas não são definidos como exploradores. No caso da autoridade, os gerentes ocupam simultaneamente posições na classe capitalista e trabalhadora, ou seja, ocupam posições contraditórias em relações de classe. Wright caracteriza tais posições como contraditórias porque os interesses de classe das ocupações de gerente combinam os interesses antagônicos entre capital e trabalho: os gerentes são como os capitalistas na

---

<sup>12</sup> Artigo publicado em Wright (1998).

<sup>13</sup> Tal abordagem está presente no livro Wright, *Class, Crisis and State*, 1978.

medida em que dominam os trabalhadores e são como os trabalhadores uma vez que são controlados e explorados pelos capitalistas na produção. Nesse sentido, observamos como Wright reincorpora o conceito de dominação para definir dimensões de classe, em contraste com a abordagem de *Classes*, que se baseava exclusivamente no conceito de exploração. Além disso, o autor afirma que os gerentes também ocupam posições privilegiadas em relações de exploração. Isso porque os gerentes podem se apropriar de uma porção do excedente na forma de altos salários, justificados por ocuparem posições estratégicas na organização da produção e pela necessidade de garantir um real comprometimento com os objetivos da empresa.

Os profissionais qualificados são caracterizados por Wright somente como posições privilegiadas em relações de exploração. Devido à escassez de qualificações no mercado de trabalho, bem como à necessidade de mecanismos de incentivo para garantir um nível adequado de colaboração e esforço, os possuidores de qualificações recebem um salário acima dos custos de produzir e reproduzir sua força de trabalho, que é uma forma pela qual esses assalariados podem se apropriar de parte do excedente social.

Diante disso, o mapa das localizações de classe de Wright possui localizações contraditórias em relações de classe, localizações privilegiadas em relações de exploração – ambas definindo as localizações de “classe média” – e ainda as localizações polarizadas em relações de propriedade capitalista, que são os trabalhadores e capitalistas. No entanto, tais alterações da abordagem de classe não transformaram a forma como os grupos se encontram divididos nas relações de classe, apenas significou uma mudança na forma de justificar teoricamente tais divisões de classe.

#### ***IV. investigações empíricas***

A maior parte dos livros *Classes* e *Class counts* é dedicada a investigações empíricas que utilizam o arcabouço teórico apresentado. Trata-se, em alguma medida, de avaliar empiricamente a adequação dos conceitos propostos, pois as investigações

constituem análises de uma variedade de efeitos que supostamente os mecanismos de classes deveriam gerar. Particularmente, examina-se em que medida as diferenças de renda e consciência individuais são explicadas por diferenças nas posições de classe, tal como definidas por Wright.

As pesquisas empíricas de Wright revelam o escopo de sua análise de classe, daí a importância de considerá-las com algum detalhe. Em *Classes*, as investigações se propõem a duas tarefas: 1. análise da variação no tempo e no espaço da estrutura de classes de sociedades capitalistas concretas; 2. análise de nível micro em que são examinadas as formas pelas quais as vidas individuais são afetadas por sua localização na estrutura de classe.

Quanto ao primeiro aspecto, são comparadas as estruturas de classe dos EUA e Suécia, sendo esses dois países selecionados em virtude de constituírem casos extremos entre as sociedades capitalistas avançadas em termos de desigualdade de renda, programas do Estado de bem-estar social, formação de classe e extensão do Estado. Uma das principais conclusões é que, em ambos os países, apesar das transformações do capitalismo contemporâneo, a classe trabalhadora continua sendo a classe mais numerosa da força de trabalho. Mesmo adotando uma definição mais restrita de classe trabalhadora, ou seja, não incorporando aqueles que possuem controle marginal de ativos organizacionais e de qualificação<sup>14</sup>, essa classe corresponde a aproximadamente 40% da força de trabalho. Outra das principais conclusões foi constatar que tanto nos EUA quanto na Suécia, mesmo que a classe trabalhadora seja a maior classe, uma porção substancial (aproximadamente um quarto) da força de trabalho ocupa as localizações que são simultaneamente exploradas e exploradoras na estrutura de classe. Por fim, o autor explica as diferenças encontradas entre as estruturas de classe nos EUA e Suécia, como, por exemplo, o fato de que o trabalho nos EUA é mais supervisionado do que na Suécia,

---

<sup>14</sup> Wright defende que principalmente os trabalhadores semi qualificados deveriam ser incluídos à classe trabalhadora. Com a inclusão dessa categoria, a classe trabalhadora corresponderia a aproximadamente 60% da força de trabalho.

em função dos processos políticos que resultaram em diferenças do tamanho do aparelho estatal e da estrutura sindical.

Quanto às investigações voltadas para a análise micro, o livro *Classes* traz um exame da relação empírica entre estrutura e consciência de classe, tomando também dados referentes aos EUA e Suécia. Primeiramente, Wright verifica que as diferenças de consciência seguem o padrão previsto pela estrutura de classe tal como definida por seu conceito de exploração. Segundo, esse resultado também suporta a tese de que a estrutura de classe subjacente molda o padrão geral de consciência de classe. Em ambos os países, a consciência de classe se mostra polarizada entre atitudes pró-capitalistas e pró-trabalhadores ao longo das três dimensões da exploração, ou seja, os valores na escala de consciência se tornam decrescentemente pró-classe trabalhadora conforme se move desde o quadrado dos trabalhadores (canto inferior direito na tipologia da tabela 1) até o quadrado dos gerentes especialistas (canto superior esquerdo na tipologia da tabela 1). Por último, mesmo que o padrão geral de consciência de classe seja estruturalmente determinado pelas relações de classe, o nível da consciência da classe trabalhadora em uma dada sociedade e a natureza das coalizões construídas com base nessas relações de classe são moldados pelo contexto político e institucional característicos da luta de classe em cada país. Como resultado das diferenças das estratégias políticas e ideológicas de partidos e sindicatos nos EUA e Suécia, o conteúdo de classe na esfera política é mais saliente na Suécia do que nos EUA.

Nesse contexto, é preciso esclarecer como Wright procede para medir a consciência de classe em suas pesquisas empíricas. A consciência de classe é avaliada a partir de respostas individuais a um questionário de atitudes em relação ao conflito capital-trabalho. Aos entrevistados, pergunta-se sobre sua concordância ou não com afirmações como as seguintes: 1. "Corporations benefit owners at the expense of workers and consumers", 2. "During a strike, management should be prohibited by law from hiring workers to take the place of strikers", etc (Wright, 1985: p.146). Posteriormente, as respostas são contabilizadas com base em valores que dependem da postura pró-

trabalhadores ou pró-capitalistas dos respondentes em cada item da entrevista, o que permite gerar uma escala de consciência de classe. Utilizam-se também perguntas que procuram medir a auto-identificação de classe.

Uma discussão que pode ser levantada a partir das investigações empíricas de Wright é em que medida sua abordagem realmente abandona o modelo de duas classes do marxismo tradicional. Quando se trata de descrever a estrutura de classe de sociedades concretas, a análise de Wright permite identificar uma significativa porção da força de trabalho como ocupantes de posições que são simultaneamente exploradas e exploradoras, conforme mostramos ser os casos dos EUA e Suécia. No entanto, em seu tratamento da relação entre estrutura de classe e consciência de classe, as pesquisas do autor mostram uma sociedade com diferenciados graus de posturas pró-capitalistas ou pró-trabalhadores. Em outras palavras, a consciência de classe, tal como analisada por Wright, só se diferencia em duas direções possíveis, quais sejam, as direções que giram em torno da relação de classe fundamental do capitalismo. Nesse sentido, a classe média teorizada por Wright não possui uma consciência de classe com conteúdo próprio, mas se divide entre trabalhadores e capitalistas conforme os ativos de exploração que possui. Esse resultado parece, inclusive, contradizer as expectativas do autor de que os indivíduos que ocupam localizações contraditórias em relações de exploração pudessem oferecer uma alternativa ao capitalismo diferente do projeto político da classe trabalhadora.<sup>15</sup>

#### ***V. classe e política***

Uma das questões presentes no debate sobre classes é como a estrutura de classe se traduz na formação de atores coletivos organizados com ideologias e estratégias específicas. Conforme mostramos, o trabalho de Wright se concentra em desenvolvimentos teóricos e pesquisas empíricas em torno da estrutura de classe, não incluindo investigações sistemáticas sobre o processo de formação de classe. No entanto,

---

<sup>15</sup> Conforme foi comentado, o texto onde o autor declara essa opinião está em Wright, 1985: p. 91.

o autor tece considerações ao longo de seus livros sobre seu entendimento acerca desse processo. Diante disso, pretendemos resgatar esses comentários a fim de responder como a abordagem de Wright compreende a relação entre classe e política.

Começamos por trabalhar com os elementos conceituais da análise de classe: estrutura de classes, formação de classe, consciência de classe e luta de classe. Wright entende a estrutura de classe como uma estrutura de relações sociais em que os indivíduos tomam parte e que define seus interesses. Na abordagem marxista que o autor busca preservar, as relações sociais que definem a estrutura de classe geram um antagonismo de interesses entre as localizações de classe.

A formação de classe, por sua vez, é a formação de atores coletivos organizados em torno dos interesses definidos pela estrutura de classe. No entanto, cabe notar que, para Wright, a formação de classe não implica que as forças sociais organizadas tendem inerentemente a se desenvolver em direção à organização revolucionária. Além disso, a formação de classe não envolve somente a criação de organizações formais, como partidos e sindicatos, mas inclui qualquer coletividade que facilite a defesa dos interesses de classe. Segundo o autor, o processo de formação de classe não pode ser deduzido diretamente da estrutura de classe, mas é moldado por uma variedade de mecanismos relativamente autônomos daquela estrutura; assim, dado tipo de estrutura de classe pode estar relacionada a um leque de possibilidades de formação de classe, que pode variar em extensão e forma de organização coletiva.

Para expor o conceito de luta de classe utilizado por Wright, é preciso considerar o que são as práticas de classe. As práticas de classe são atividades em que os membros de uma classe se engajam a fim de concretizar, utilizando as capacidades de classe, pelo menos algum dos interesses de classe. Deste modo, o termo “luta de classe” se refere às formas organizadas de práticas de classe que são dirigidas diretamente contra outra classe. Para o autor, as práticas de classe tendem a se cristalizar desta forma, pois os interesses das classes são antagônicos no capitalismo.

A consciência de classe, nos trabalhos de Wright, refere-se estritamente aos

aspectos da subjetividade<sup>16</sup> individual que são parte da explicação das escolhas e ações dos indivíduos e que possuem um caráter distintivo de classe<sup>17</sup>. O conceito de consciência deve permitir a compreensão da relação entre a estrutura social e as práticas sociais e, para isso, Wright decompõe a consciência de classe em três elementos: 1. percepções: a consciência de classe envolve as formas pelas quais a percepção de caminhos alternativos tem conseqüências sobre a ação de classe; 2. teorias: as escolhas dos indivíduos incluem algum entendimento a respeito das conseqüências de dadas opções; 3. preferências: as escolhas conscientes só podem ser explicadas quando também se considera o quanto cada opção é desejável para os indivíduos. Nessas condições, o termo, tal como utilizado nos trabalhos do autor, não pretende expressar um conteúdo específico, mas designa todas as formas de consciência pertinentes às relações de classe, independentemente de sua fidelidade aos interesses objetivos definidos pela estrutura de classe. No entanto, pode-se estabelecer uma tipologia das formas de consciência de classe considerando se as crenças dos indivíduos contribuem para avançar ou impedir a realização dos interesses de classe.

### **Consciência individual de classe**

Com o objetivo de explorar a relação entre posição de classe e consciência de classe, Wright elabora um modelo micro que tem como objeto a consciência individual de classe.

A localização de classe impõe limites à consciência dos indivíduos, o que equivale a dizer que ocupar uma determinada localização de classe torna mais provável o desenvolvimento de certas percepções, teorias e preferências. No entanto, conforme Wright, diferentes fatores causais podem interferir para tornar outras formas de consciência mais prováveis. A localização de classe também impõe limites às práticas de

---

<sup>16</sup> Os elementos da subjetividade que compõem a consciência são aqueles discursivamente acessíveis ao próprio indivíduo.

<sup>17</sup> As crenças possuem um caráter distintivo de classe quando veiculam um conteúdo de classe e tem efeitos sobre as relações de classe.

classe dos indivíduos, ou seja, molda o conjunto de práticas viáveis em que os indivíduos podem se engajar para buscar realizar seus interesses de classe. Isso ocorre principalmente porque as posições de classe se caracterizam pelo tipo de acesso a recursos, o que define os cursos de ação possíveis.

A consciência de classe seleciona as práticas de classe dos indivíduos dentro dos limites impostos pelas localizações de classe. Mesmo que o leque de possibilidades para as práticas de classe seja dado pelas localizações de classe, a escolha de práticas específicas depende das percepções, teorias e preferências dos indivíduos.

Conforme o autor, as práticas de classe dos indivíduos transformam as localizações de classe principalmente através da mobilidade de classe. No entanto, as práticas de classe também podem transformar as características das ocupações como grau de autoridade, autonomia, salário. As práticas de classe dos indivíduos também transformam a consciência de classe. O que os indivíduos fazem, e não somente a posição que ocupam, também condiciona suas percepções, teorias e valores. Por exemplo, a participação na luta de classe contribui para a formação de solidariedade entre os indivíduos.

Para sumarizar a relação entre posição de classe e consciência de classe, podemos dizer que a consciência de classe é condicionada, por um lado, pelas condições materiais e pelas escolhas disponíveis (localização de classe -> limita -> consciência); e, por outro lado, pelas escolhas de fato feitas pelos indivíduos (localização de classe -> limita -> práticas de classe -> transforma -> consciência de classe). O autor chama a atenção para o fato de que esses mecanismos causais têm uma dimensão temporal, ou seja, a consciência de classe não é apenas resultado das atuais posições e práticas, mas também da trajetória biográfica dos indivíduos.

### **Formas coletivas de formação de classe e luta de classe**

As experiências individuais não se traduzem diretamente em consciência, mas dependem de interpretação, a qual varia conforme o contexto político e cultural. Deste

modo, para apreender essas questões, Wright desenvolve um modelo macro que tem como objeto as formas coletivas de formação de classe e luta de classe.

A estrutura de classe impõe limites sobre a formação de classe no sentido de oferecer obstáculos e oportunidades, de modo que algumas formas de formação de classe têm mais probabilidade de ocorrerem e se manterem no tempo. Esses limites se dão através de três mecanismos:

1. a natureza dos interesses gerados pela estrutura de classe (mecanismo relacionado com a análise micro das localizações de classe): considerando que os mecanismos de exploração em uma estrutura de classe condicionam fortemente os interesses materiais dos indivíduos, será mais provável a formação de classe que uma localizações de classe com interesses similares<sup>18</sup>.

2. o padrão de identidades que emerge da experiência vivenciada pelos indivíduos nas diferentes localizações da estrutura de classe: será mais provável a formação de classe que uma indivíduos com identidade de classe semelhante. A identidade de classe é condicionada pelas idiossincrasias das biografias pessoais e pelo padrão histórico de lutas, assim como pela influência de outras formas de coletividade como etnia, religião, língua, etc. Segundo Wright, não existe razão para supor que o padrão de identidades de classe coincida com o padrão de interesses materiais, de modo que esse dois aspectos não se reforçam na ligação entre estrutura e formação de classe.

3. a natureza dos recursos distribuídos entre as classes e que são relevantes para a formação e a luta de classe: os recursos disponíveis para as diferentes localizações da estrutura de classe condicionam a atratividade de potenciais alianças de classe. Por exemplo, para formações da classe trabalhadora, segundo o autor, o recurso mais importante é o número de pessoas, o que se torna um critério para possíveis alianças em uma disputa eleitoral.

---

<sup>18</sup> "This matrix [matrix of locations within the class structures] can be viewed as a map of the degree of inherent antagonism of material interests of people located in different places in the structure: locations relatively "close" to each other will have relatively overlapping material interests whereas more distant locations will have more antagonistic interests" (Wright, 1997: p. 396).

As características da estrutura de classe também limitam as possibilidades de luta de classe por meio da forma como determina os interesses e oportunidades dos atores. Por exemplo, formas militantes de luta de classes são mais prováveis quando a estrutura de classe se caracteriza por uma polarização mais acentuada das condições materiais.

A formação de classe seleciona as lutas de classe no sentido de que as lutas dependem fortemente da existência de organizações coletivas, bem como de suas características em termos de unidade ou fragmentação, centralização ou descentralização.

As lutas de classe podem transformar a estrutura de classe de forma revolucionária, ou seja, ao destruir as relações de classe subjacente a uma estrutura de classe. No entanto, a estrutura de classe também se transforma quando são alteradas propriedades particulares da estrutura de classe como grau de exploração, polarização das condições materiais, as barreiras de permeabilidade entre as classes, o exercício da autoridade por chefes e supervisores, etc. As lutas de classe também transformam a formação de classe. As lutas de classe transformam a formação de classe, pois não constituem apenas uma luta em torno de interesses materiais. Estão em disputa também as condições políticas e organizacionais que facilitam ou impedem as próprias lutas.

## ***VI. conclusão***

Nesta conclusão, pretende-se questionar o tratamento de Wright das classes sociais apenas em sua dimensão estrutural, pois, como mostramos, a estrutura de classe é a preocupação central de sua análise. Além disso, questiona-se a possibilidade de que a abordagem estrutural de Wright poderia conduzir a um entendimento adequado da relação entre classe e ação coletiva. Assim, argumenta-se que não somente a análise do autor está concentrada em uma única dimensão das classes sociais, como os elementos que fornece não permitem compreender a relação entre classes e ação coletiva<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A crítica de que abordagens como a de Wright, não são capazes de tratar da relação entre classe e ação pode ser encontrada em diversos autores: Lockwood (1988), Crompton (1998), Sallum Jr. (2005).

Wright considera as classes sociais em sua dimensão estrutural como possuidoras de uma existência real, capazes de serem definidas quase matematicamente. Diante disso, lembramos a crítica de Thompson aos estruturalistas:

*“Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”* (Thompson, 1987 : p.9).

Para Thompson, a classe não pode ser reduzida à estrutura de classe, como faz Wright, pois é uma categoria histórica e não estática, já que deriva de processos sociais através do tempo. Segundo o autor, só é possível falar em classes ao identificar a formação de uma cultura de classe, a qual o autor chama de consciência de classe, em um processo de luta de classe. Essa consciência de classe é a forma como as experiências de classe – determinadas pelas relações de classe em que os indivíduos estão inseridos – são elaboradas em termos culturais, ou seja, em termos de tradições, sistemas de valores, idéias e instituições<sup>20</sup>. Para Thompson, a consciência de classe se constitui nos processos de luta, em que as pessoas entram em relação e oposição com outros grupos<sup>21</sup>.

Além disso, recuperando um argumento de Przeworski (1989), observamos que a ênfase de Wright em solucionar os problemas teóricos envolvidos na tentativa de redefinição, com base em uma teoria marxista, da estrutura de classes decorre de sua compreensão do processo de formação de classe como ainda inscrita na problemática da

---

<sup>20</sup> “Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (Thompson, 1987: p. 10)

<sup>21</sup> “As classes não existem como entidades separadas que olham o seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagonicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (Thompson, 1998: p. 100).

passagem da “classe em si” a “classe para si”: *“A problemática da classe em si coloca a questão da classificação no centro da análise porque considera-se que as classes como agentes históricos, as classes que lutam e cuja luta é o motor da história, são determinadas de um modo exclusivo por posições objetivas”* (Przeworski, 1989: p.85). Em outros termos, uma classificação precisa é essencial na problemática da “classe em si” porque permite identificar os interesses que determinam as classes que podem surgir para lutar. Em resposta a essa postura, Przeworski afirma que *“As classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas porque constituem efeitos de lutas, e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção”* (Przeworski, 1989: p.86). Assim, a formação de classes é efeito das lutas, de modo que as classificações das posições deveriam ser vistas como resultados das práticas que resultam na formação de classes (Przeworski, 1989).<sup>22</sup>

Conforme destacamos, o projeto de Wright envolve o desenvolvimento de uma análise de classe de nível micro, isto é, que tem como objeto o impacto das posições de classe sobre a vida dos indivíduos. Nesse sentido, Wright nos fornece um tratamento individualista da consciência de classe, ou seja, considera-a como atributo passivo, possuído ou não por indivíduos isolados. Lembramos que o autor analisa a consciência de classe em função das atitudes individuais apreendidas como respostas a um questionário. Diante disso, questionamos se um entendimento individualista da consciência de classe pode nos fornecer elementos para compreender como as classes sociais se relacionam com processos de ação coletiva. Conforme afirmam Fantasia (1988) e Carchedi (1998), a consciência de classe possui uma dinâmica coletiva que escapa ao tipo de pesquisa feita por Wright, pois *“A sum of the opinions of individual respondents recorded at a given moment in time may appear wholly different from the consciousness expressed by those*

---

<sup>22</sup> Przeworski considera que a estrutura de classes estabelece os limites para o sucesso da prática política: *“As posições nas relações de produção, ou quaisquer outras relações não são mais, portanto, consideradas objetivas no sentido de serem anteriores às lutas. São objetivas apenas na medida em que validam ou invalidam as práticas de formação de classes, na medida em que tornam os projetos específicos realizáveis ou não. E aqui o mecanismo de determinação não é único; vários projetos podem ser viáveis em uma dada conjuntura”* (Przeworski, 1989: p.87).

*same respondents in the midst of collective action and interaction*" (Fantasia, 1988: p.6).

Além disso, também questionamos se a caracterização das classes sociais segundo o compartilhamento de interesses materiais comuns, como ocorre na abordagem de Wright (Wright, 1998), fornece uma base adequada para explicar o envolvimento das classes em processos de ação coletiva. Wright deduz os interesses de classe das posições ocupadas na estrutura de classe e entende que essa é a base para uma ação de classe. Entretanto, interesses materiais não se traduzem na consciência de classe de maneira inequívoca, antes, podem ser elaborados por diversas formas discursivas e ideológicas. Nesse sentido, Brenner (1998) afirma: "*Defining class location in terms of exploitation interests and measuring exploitation by income, Wright is forced to assert an overly abstract connection between objective interests and consciousness. There is nothing in his definition of class location that theorizes the process through which workers develop their world views*" (Brenner, 1998: p.190).

## Bourdieu e a dimensão simbólica da análise de classe

### *I. introdução*

O presente capítulo tem como objetivo recuperar os principais aspectos da análise de classe desenvolvida por Bourdieu<sup>23</sup>. Trata-se de compreender como Bourdieu constrói a categoria classe social e como tal conceito se diferencia e responde à teoria marxista de classe.

Inicialmente, apresentamos como Bourdieu (1989) sumariza o que considera como suas rupturas com a teoria marxista<sup>24</sup>, as quais serão desenvolvidas ao longo deste capítulo. Em primeiro lugar, destaca a ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias – “*neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc se pretende defini*” (Bourdieu, 1989: p. 133) – e não as relações<sup>25</sup>. Também com a atitude de tratar a classe teórica, construída pelo cientista, como classe real, ou seja, como grupo mobilizado. Além disso, critica a redução do espaço social à dimensão econômica, o que implica considerar como coordenadas da posição social apenas as relações de produção. Por fim, o autor destaca que a teoria marxista ignora as lutas simbólicas, onde se disputa a própria representação do mundo social.

Além disso, é pertinente explicitar os princípios teóricos que animam o trabalho de Bourdieu, principalmente em seu tratamento das classes sociais. Conforme o próprio

---

<sup>23</sup>Especificamente, toma-se como referência os seguintes textos de Bourdieu: *Distinction* (1984), *Espaço social e gênese das classes* (1989), *Coisas Ditas* (1990) e *What makes a social class?* (1987).

<sup>24</sup> É importante destacar que, ao criticar a teoria marxista de classe, Bourdieu não reconhece a diversidade de correntes no interior do marxismo, as quais oferecem diferentes abordagens à questão das classes sociais.

<sup>25</sup> Desde já observamos que esta crítica de Bourdieu omite o fato de que a teoria marxista entende que as classes só existem exatamente por meio das relações sociais, sendo definidas em função da relação antagônica entre capital e trabalho na esfera da produção material.

autor, a intenção de suas pesquisas foi romper com a oposição entre duas perspectivas presentes na ciência social: o objetivismo e o subjetivismo (Bourdieu, 1990). A perspectiva objetivista enfatiza as estruturas da realidade social, das quais tende a deduzir as ações e representações dos agentes; já o subjetivismo considera o mundo social do ponto de vista das representações que dele fazem os indivíduos, reduzindo as estruturas às interações entre aqueles. Diante disso, Bourdieu se propõe a superar essa oposição:

*“Embora com o risco de parecer muito obscuro, poderia resumir em uma frase toda a análise que estou propondo hoje: de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas”* (Bourdieu, 1990: p. 152).

O autor também enfatiza seu rompimento com um modo de pensamento que denomina de substancialista, em favor do pensamento relacional característico do estruturalismo. Considerar o mundo social do ponto de vista relacional é identificá-lo não a essências e substâncias, mas a relações:

*“A realidade social de que falava Durkheim é um conjunto de relações invisíveis, aquelas mesmas relações que constituem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras, não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa – acima ou abaixo ou ainda entre, no meio”* (Bourdieu, 1990: p. 152).

Nesse sentido, o autor trata, como veremos, o espaço social como um mapa de posições relativas e as relações objetivas entre essas posições.

## ***II. construção do espaço social e estrutura de classe***

Em *Distinction*, Bourdieu apresenta um retrato da estrutura de classe da França dos anos setenta.<sup>26</sup> Inicialmente, a fim de construir grupos de indivíduos com maior homogeneidade possível em relação às condições fundamentais de existência, Bourdieu propõe a construção de um espaço social onde os agentes e grupos estão distribuídos de acordo com três dimensões: volume total de capital sob diferentes espécies, a composição do capital<sup>27</sup> e a trajetória social<sup>28</sup> (Bourdieu, 1984: p.114). Assim, os agentes ou grupos de agentes são definidos neste espaço por suas posições relativas em termos desse sistema multidimensional de variáveis, de modo que os indivíduos agrupados na mesma classe, segundo o autor, são o mais similares possível em relação à maior quantidade de aspectos.

Como se verá, ao especificar as posições dos agentes no espaço social, Bourdieu faz uso das categorias ocupacionais. No entanto, é preciso notar que não são utilizadas para definir as classes sociais, como em algumas teorias de estratificação, mas como indicadores da posse das propriedades relevantes em relação às três dimensões do espaço social, ou seja, como representantes de certos volumes e composições de capital, tomados sincrônica e diacronicamente.

Também cabe observar que a noção de capital de Bourdieu se refere aos poderes atuais ou potenciais de seus detentores nos diversos campos em que atuam e,

---

<sup>26</sup> Apesar de seu livro ter como base empírica o caso francês, Bourdieu defende que seus argumentos centrais podem ser aplicados para qualquer sociedade de classes: “*The model of the relationships between the universe of economic and social conditions and the universe of life-styles which is put forward here, based on an endeavour to rethink Max Weber’s opposition between class and Stand, seems to me to be valid beyond the particular French case and, no doubt, for every stratified society, even if the system of distinctive features which express or reveal economic and social differences (themselves variable in scale and structure) varies considerably from one period, and one society, to another*” (Bourdieu, 1984: p.xii).

<sup>27</sup> A composição ou estrutura do capital se refere ao peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total do capital.

<sup>28</sup> A trajetória social designa a evolução no tempo do volume e da composição do capital.

consequentemente, as probabilidades de acesso aos ganhos específicos em cada campo<sup>29</sup>. Bourdieu utiliza esse conceito como base para a construção do espaço social porque as diversas formas de capital são os poderes sociais fundamentais, constituindo, por isso, os princípios de diferenciação mais efetivos na realidade, ou seja, “*the most capable of providing the fullest explanation of the largest number of differences observed between agents*” (Bourdieu, 1987: p. 4).

Apesar de se referir ao capital como “produto acumulado do trabalho passado”, evocando a teoria do valor trabalho, a noção de capital de Bourdieu se distingue do conceito marxista na medida em que o autor expande a idéia de capital para todas as formas de poder, seja material, cultural, social ou simbólico (Swartz, 1997). Além disso, tratado como relações de poder, o conceito de capital de Bourdieu não é específico de uma economia capitalista. Assim, também não se relaciona com a idéia de exploração, no sentido de extração de mais-valia, antes, está ligado às noções de poder e dominação.

Na definição do espaço social em *Distinction*, o autor trabalha principalmente com as noções de capital econômico, em suas várias formas, e capital cultural. Enquanto o capital econômico se refere a dinheiro e propriedades, o capital cultural designa o conhecimento cultural<sup>30</sup>. Bourdieu afirma que o capital cultural é composto de uma parte institucionalizada, como são os títulos acadêmicos, e outra parte incorporada, que são as competências estéticas e cognitivas adquiridas através da socialização dentro da própria família. Uma das críticas feitas a essa noção de capital cultural é que implica um amplo consenso sobre as formas culturais valorizadas, de modo que não seria aplicável para

---

<sup>29</sup> “O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou , no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e ganhos” (Bourdieu, 1989: p. 133).

<sup>30</sup> Segundo Swartz, “his concept of cultural capital covers a wide variety of resources including such things as verbal facility, general cultural awareness, aesthetic preferences, information about the school system and educational credentials” (Swartz, 1997, p. 75).

sociedades altamente diferenciadas, como os EUA, onde a alta cultura não tem o papel central observado na França (Swartz, 1997: p.81).

Diferenciando-se da teoria marxista, a utilização das noções tanto de capital econômico quanto de capital cultural gerou a construção de um espaço social no qual a estruturação das classes sociais depende não apenas da esfera econômica de produção e distribuição materiais como também da esfera da cultura. Além disso, a distinção entre capital econômico e capital cultural permite considerar, além do volume total de capital, a dimensão relacionada à composição de capital, o que abrirá a possibilidade de analisar as diferenças intra-classes.

Nessas condições, as diferenças em volume de capital configuram as divisões inter-idade, enquanto que as diferenças na composição de capital definem as frações intra-idade. Para o caso da França, o autor apresenta uma estrutura de três camadas segundo a quantidade de capital possuída: classe dominante, classe média e classe operária<sup>31</sup>. Em termos das ocupações, Bourdieu inclui na classe dominante as profissões liberais, professores universitários, funcionários públicos sênior, donos de grandes negócios, executivos, artistas e escritores; na classe operária se encontram os trabalhadores manuais de diversos níveis de qualificação, sejam da indústria ou da agricultura. É preciso notar que os eixos do espaço social são dimensões contínuas, de modo que não permitem a identificação de localizações discretas de classe, sendo estas, então, apenas uma conveniência heurística (Bourdieu, 1984, pp.258-9).

Quanto às frações intra-idade, o autor afirma que tanto a classe dominante quanto a classe média se diferenciam internamente pela distribuição desigual de capital econômico e cultural. Bourdieu considera que existe uma dominância do campo econômico, o que define as frações dominantes e dominadas. Na classe dominante, de um lado, estão as ocupações ricas em capital cultural e menos bem dotadas em capital

---

<sup>31</sup> Conforme nos chama a atenção Swartz (1997: p.158), Bourdieu utiliza de forma intercambiável a terminologia marxista “burguesia” e “pequena burguesia” para designar a classe dominante e a classe média, respectivamente. Além disso, o autor utiliza tanto o plural quanto o singular para se referir às três classes, dependendo se pretende enfatizar as divisões inter ou intra-idade.

econômico, sendo por isso caracterizadas como fração dominada: artistas, escritores, professores universitários. De outro lado, financistas e donos de grandes negócios possuem considerável dotação de capital econômico sem a mesma proporção de capital cultural e constituem, assim, a fração dominante da classe dominante. Entre os dois extremos, com uma composição balanceada dos dois tipos de capitais, encontram-se as profissões liberais e administradores sênior dos setores públicos e privados. Como se verá, essas três frações da classe dominante são os principais grupos em disputa no campo de poder, lutando pelo acesso aos recursos valorizados e pelas posições de poder, bem como sobre as definições de legitimidade cultural.

Na classe média, a mesma estrutura de desigualdade na distribuição de capital econômico e cultural opõe os professores de escola primária aos empregadores em pequenos negócios. Em posição intermediária, estão as ocupações chamadas de nova pequena burguesia: executivos juniores, técnicos, empregados da mídia e de escritórios e ocupações relacionadas a saúde e serviço social.

Bourdieu dedica pouca atenção às frações no interior da classe operária, apenas sugerindo que diferenças em termos de capital econômico e cultural podem ser encontradas entre os trabalhadores manuais qualificados, semi-qualificados e não qualificados. Essa lacuna se deve, segundo o autor, à insuficiência dos dados fornecidos pelas pesquisas empíricas, mas também é necessário ressaltar que o foco do trabalho de Bourdieu em *Distinction* são as classes dominantes (Swartz, 1997: p.161).

A terceira dimensão do espaço social proposta por Bourdieu representa como o volume e a composição do capital dos grupos e indivíduos mudam no tempo. Há três possíveis trajetórias: mobilidade ascendente, descendente e estagnação. Segundo o autor, esses movimentos conformam, além das posturas e práticas dos grupos sociais, seu otimismo ou pessimismo em relação às oportunidades no futuro. Como se mostrará, Bourdieu utiliza essa terceira dimensão do espaço social principalmente para distinguir os *habitus* das frações de classe no interior da pequena burguesia.

### ***III. habitus e estilos de vida***

Conforme Bourdieu (1984, 1987), esse espaço das diferenças em volume e composição do capital encontra expressão em um espaço simbólico de distinções visíveis, que se concretizam em diferentes estilos de vida.

Bourdieu afirma que existe uma “homologia estrutural” entre o campo das classes sociais e o espaço dos estilos de vida. Como explica Swartz (1997: p.163), “*by ‘structural homology’ Bourdieu thinks of this relationship between class and lifestyles less in terms of ‘correspondence’ between specific classes and particular consumer traits than in terms of ‘structures of opposition’*”. Nesse sentido, o autor não defende que determinadas práticas ou produtos correspondem às características de certa posição de classe, mas que as preferências de uma classe expressam oposições sistemáticas às de outras classes, demarcando as diferenças e as distâncias entre elas. No entanto, Bourdieu ressalta que as práticas de consumo não são fruto de estratégias conscientes de busca de status – como afirmava Veblen – nem resultam diretamente do nível de renda, mas emergem do *habitus*.

Assim, para explicar preferências estéticas, comportamento consumidor e estilos de vida, Bourdieu (1984) integra sua construção do espaço social com o conceito de *habitus*. Conforme o autor, as diversas condições materiais de existência se internalizam como distintos *habitus* de classe, os quais, em intersecção com a dinâmica e a estrutura dos campos específicos, condicionam os gostos e consumo dos indivíduos. Nas palavras de Bourdieu, “*O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído*” (Bourdieu, 1990: p. 158). O *habitus* é produto da interiorização das estruturas do mundo social e, desta forma, garante um ajustamento das disposições dos agentes a suas posições. Entretanto, o *habitus* não tem a razão como princípio, ou seja, não opera como uma busca consciente

de determinados fins, mas funciona em uma base pré-reflexiva, como um “senso prático” que adapta as práticas às condições de existência objetivas dos agentes<sup>32</sup>.

Nessas condições, Bourdieu mostra em *Distinction*, com a noção de *habitus*, que há uma unidade entre as diversas dimensões do estilo de vida, pois o conjunto das práticas dos indivíduos expressam o mesmo princípio generativo. Expressando necessidades objetivas, o *habitus* generaliza para todas as áreas da vida esse “esquema gerador”, de modo que produz preferências sistemáticas em esferas tão distintas quanto alimentação, vestuário, esportes ou planejamento familiar. Além disso, exprimindo o pensamento relacional de Bourdieu, o *habitus* também expressa as relações entre as diversas condições de existência e, por isso, as disposições de um grupo com condições objetivas similares são sempre referidas às disposições associadas a outras posições sociais<sup>33</sup>. Assim, o autor demonstra que as diferenças de estilos de vida são manifestações de diferenças entre as classes sociais e que, portanto, o gosto não é um dom natural, mas está objetivamente referido a uma condição social através dos condicionamentos que o produziram.

Nesse contexto, as diferenças nas condições básicas de existência opõem os membros da classe dominante aos membros da classe operária, o que gera dois tipos opostos de *habitus* de classe: o gosto pela liberdade (*taste for freedom*) e o gosto pela necessidade (*taste for necessity*). O elevado volume de capital da classe dominante a liberta dos constrangimentos e urgências da escassez material, de modo que esta “distância da necessidade” permite o desenvolvimento de um *habitus* caracterizado pela estilização da vida, ou seja, pelo domínio da forma sobre a função, com a finalidade de investir um senso de distinção em todas as práticas, seja na arte, no vestuário ou na

---

<sup>32</sup> “*Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação*” (Bourdieu, 1990: p. 23).

<sup>33</sup> “*An agent’s whole set of practices (or those of a whole set of agents produced by similar conditions) are both systematic, inasmuch as they are the product of the application of identical (or interchangeable) schemes, and systematically distinct from the practices constituting another life-style*” (Bourdieu, 1984: p. 170).

alimentação. No comer, por exemplo, a função de saciar a fome ganha a forma de um ritual cerimonioso governado por regras de etiqueta e sociabilidade.

No entanto, o gosto da classe dominante pela liberdade só pode ser entendido em sua oposição ao gosto da classe operária pela necessidade, o qual funciona como uma referência negativa para a classe dominante. Por não possuir capital econômico e cultural, a classe operária se confronta com a necessidade de garantir sua subsistência, o que gera disposições que privilegiam a substância sobre a forma, o informal sobre o formal. Segundo Bourdieu, esse gosto pela necessidade não é vivenciado como privação, mas como uma preferência: “*they have a taste for what they are anyway condemned to*” (Bourdieu; 1984: p. 178).

Há uma relação de dominação entre os dois *habitus* de classe, de forma que a classe operária reconhece a superioridade dos gostos da classe dominante. Isso porque as preferências dos grupos aparecem como inclinações naturais, e não como originadas das condições materiais de existência e da busca pela distinção. Bourdieu ressalta particularmente o papel das instituições escolares no inculcamento da superioridade dos gostos da classe dominante.

É preciso enfatizar que os dois *habitus* de classe, de distinção e de necessidade, somente podem ser tratados de forma relacional, pois só se definem em contraste mútuo. Para Bourdieu, o *habitus* não reflete apenas as condições subjacentes de existência, mas também a posição relativa do grupo na hierarquia de classe<sup>34</sup>.

Também o *habitus* de classe da pequena burguesia se define relacionalmente, refletindo o desejo de escapar da identificação com a classe operária e, ao mesmo tempo, a falta de recursos – capital econômico e cultural – para adotar o estilo de vida da classe dominante. Nesse sentido, o *habitus* da pequena burguesia produz práticas caracterizadas como pretensão devido à discrepância entre a ambição de ascender socialmente e as reais

---

<sup>34</sup> “*Dispositions are adjusted not only to a class condition, presenting itself as a set of possibilities and impossibilities, but also to a relationally defined position, a rank in the class structure. They are therefore always related, objectively at least, to the dispositions associated with other positions*” (Bourdieu, 1984: p.246).

possibilidades de consegui-lo. Desta forma, diferentemente da classe operária, a pequena burguesia entra na disputa pela distinção, desprovida, no entanto, do capital e do *habitus* correspondente para seguir o estilo de vida da classe dominante.

Bourdieu também trata das diferenças de disposições entre as frações de classe, as quais resultam da desigualdade na composição do capital e das diversas trajetórias sociais. Na classe dominante, a fração relativamente rica em capital cultural apresenta uma disposição de austeridade e pureza ou um “ascetismo aristocrático” que se opõe ao gosto hedonista pela ostentação da fração relativamente rica em capital econômico. Em relação à pequena burguesia, o autor dá maior destaque às diferenças entre os grupos que passam por um movimento de ascensão social, que possuem uma atitude otimista e progressista quanto suas possibilidades no futuro, e os grupos que vivenciam o declínio, apresentando, assim, uma disposição pessimista e conservadora.

Diante disso, é preciso ressaltar que a importância para a análise de classe da discussão de Bourdieu sobre *habitus* e estilos de vida não se limita a mostrar que as diferentes preferências e práticas de consumo são manifestações das diferenças entre condições materiais de existência. Na realidade, enquanto o espaço social de dimensões contínuas construído por Bourdieu não permite recortar grupos discretos, as práticas de consumo cotidiano tem a função simbólica de delimitar as classes como coletividades sociais. Através das escolhas cotidianas em relação à alimentação, vestuário, esportes e arte, cada indivíduo continuamente classifica a si mesmo e a todos os outros como iguais ou diferentes, estabelecendo, assim, as fronteiras entre as classes. Em outros termos, as classes se constituem como coletividades através de práticas de classificação social e, desta forma, deixam de se configurar como meras categorias analíticas. Nesse sentido, tais fronteiras não são permanentes e carregam certo grau de imprecisão, pois existem apenas através do fluxo das práticas. Em resumo, nas palavras de Weininger, “*Any social collectivity is the result of the combined symbolic acts of self-classification and classification by others that are applied to its members (and, therefore, also, to those who*

*are excluded*)” (Weininger, 2005: p. 130)<sup>35</sup>. As semelhanças e diferenças de estilos de vida geram sentimentos implícitos de afinidade e incompatibilidade que delimitam grupos no espaço social.

Nessas condições, podemos concluir que, em Bourdieu, as classes sociais só são completamente caracterizadas quando se considera, além da estrutura objetiva do espaço social multidimensional, as práticas de classificação dos agentes através do estilo de vida. Assim, Bourdieu entende que “*Social class (in itself) is inseparably a class of identical or similar conditions of existence and conditionings and a class of biological individuals endowed with the same habitus, understood as a system of dispositions shared by all individuals who are products of the same conditionings*” (Bourdieu, citado por Brubaker, 1985: p.762).

Ao caracterizar as classes sociais segundo o compartilhamento de condições similares de existência e o correspondente conjunto de disposições, Bourdieu se diferencia da teoria marxista de classes baseada na noção de exploração. Como resultado, as classes de Bourdieu não possuem interesses antagônicos, apesar de haver conflito entre elas. Além disso, tal conceito de classe não está ligado ao desenvolvimento histórico do capitalismo, como ocorria em Marx.

#### ***IV. classes teóricas e classes reais***

Os indivíduos que compartilham posições similares em relação às três dimensões do espaço social possuem condições de existência próximas e, por estarem sujeitos aos mesmos condicionamentos, provavelmente apresentam similaridades em todas as formas de práticas culturais e sociais. No entanto, se as classes que emergem das práticas geradas pelo *habitus* não são meras classes teóricas, também não se pode dizer que são

---

<sup>35</sup> Também comenta Joppke: “*Class boundaries which in the more economic versions of structuralist class theory (Poulantzas, Wright) are conceptualized objectivistically in the class-members’ relations toward the material means of production, are— according to Bourdieu— actively produced and reproduced by the class-individuals’s seeking for “distinction” and social difference from other (“lower”) classes and class fractions*” (Joppke, 1986: p. 54).

classes reais. Bourdieu entende classes reais no sentido utilizado na teoria marxista, isto é, como coletivos mobilizados que possuem existência explicitamente reconhecida e capacidade para a ação coletiva, e não apenas grupos que compartilham as mesmas práticas, os mesmo estilos de vida:

*“Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoológicos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes”* (Bourdieu, 1989: p. 136).

Nessas condições, as classes teóricas indicam apenas a probabilidade de constituição de grupos mobilizados em movimentos organizados, dotados de aparelho institucional e porta-voz, ou seja, é mais provável que a mobilização política ocorra entre agentes próximos no espaço social. Essa observação de Bourdieu aparece no contexto de crítica à teoria marxista, que, segundo o autor, por vezes simplesmente trata a classe construída como se já constituísse uma classe real e, outras vezes, distingue-as como “classe em si” e “classe para si”, explicando a passagem de uma a outra de forma ou determinista ou voluntarista (Bourdieu, 1989: p. 138). Neste caso, é preciso resgatar como Bourdieu responde ao marxismo e explica a *“alquimia misteriosa pela qual um “grupo em luta”, coletivo personalizado, agente histórico que determina os seus próprios fins, surge das condições econômicas objetivas”* (Bourdieu, 1989: p.138).

Em primeiro lugar, Bourdieu rejeita a noção de “consciência de classe”, no sentido de uma representação explícita da posição ocupada na estrutura social e dos interesses coletivos correspondentes. Ao contrário, argumenta que a percepção da posição ocupada no espaço social se assemelha mais a um “inconsciente de classe”: *“o que é essencial na experiência do mundo social e no trabalho de construção que ela comporta opera-se, na prática, aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal”* (Bourdieu, 1989: p.140). Isso se explica porque, para o autor, as categorias de percepção do mundo social são produto da interiorização das estruturas objetivas do espaço social e se apresentam como percepção do que se pode ou não “permitir-se a si mesmo”, das distâncias a respeitar (“isso não é para nós”).

Diante disso, Bourdieu afirma que a constituição de classes sociais – no sentido de grupos permanentes, dotados de órgãos permanentes de representação – depende de um trabalho político destinado a construí-las: *“os grupos – as classes sociais, por exemplo – estão por fazer. Não estão dados na realidade social”* (Bourdieu, 1990: p. 156)<sup>36</sup>. No entanto, segundo o autor, isso não significa que seja possível construir qualquer tipo de grupo. O trabalho político tem mais probabilidade de ser bem-sucedido quando os agentes que se pretendem constituir como grupo estiverem mais próximos no espaço social, isto é, pertencerem à mesma “classe no papel”.

O trabalho político para construção da classe mobilizada é caracterizado pela lógica própria da produção simbólica, pois está inserido na luta simbólica a propósito da percepção do mundo social, a qual envolve a disputa pelo *“poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas”* (Bourdieu, 1990: p. 167). Nesta arena de luta, está em jogo a criação de uma identidade para o grupo<sup>37</sup>, através da imposição dos nomes e categorias de um grupo como oficiais e legítimos, a fim de fazê-lo existir para seus próprios membros e para os outros grupos:

---

<sup>36</sup> Ao fazer essa afirmação, Bourdieu alude ao trabalho de E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*.

<sup>37</sup> É preciso notar que Bourdieu não utiliza a palavra identidade, mas expressões como *“work of representation”* ou *“poder performático de designação, de nomeação”*.

*“De fato, como uma constelação que, segundo Nelson Goodman, começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo – classe, sexo (gender), região, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer, dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento”* (Bourdieu, 1990: p. 167).

Assim, é o trabalho de designação lingüística que traz à existência as coletividades mobilizadas; trabalho que, no entanto, não se efetiva de forma independente das diferenças de estilos de vida, pois, como dissemos, sua efetividade depende de que se oriente pelas divisões objetivas do espaço social<sup>38</sup>.

Nessas condições, adquire importância a figura do porta-voz da classe, o qual é instituído como mandatário que recebe do grupo o poder de fazer o grupo. O porta-voz tem papel imprescindível na criação da identidade do grupo, ao qual dá existência *“pela magia do slogan, da palavra de ordem, da ordem e por sua simples encarnação do grupo”* (Bourdieu, 1990: p. 167). Para Bourdieu, a classe só existe através da delegação do papel de porta-voz autorizado, porque só através dele o grupo pode agir e falar publicamente<sup>39</sup>.

Nesse contexto, em outra alusão à problemática marxista da passagem da “classe em si” a “classe para si”, Bourdieu formula a seguinte resposta:

*“Se o modo de percepção legítimo é objeto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes, e porque, por outro lado, as diferenças objetivas mais acentuadas podem estar*

---

<sup>38</sup> Bourdieu se diferencia, assim, das correntes pós-modernas que afirmam a capacidade de construção da realidade que possuem os sistemas simbólicos independentemente de sua não correspondência às estruturas sociais.

<sup>39</sup> *“O porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem”* (Bourdieu, 1990: p. 158).

*dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis (como as que separam etnias, por exemplo)”* (Bourdieu, 1989: p.143).

Em outras palavras, o trabalho simbólico de construção da classe real é necessário porque a representação do mundo social e de suas divisões pode ser construída de acordo com diferentes categorias, sendo, por isso, objeto de lutas simbólicas que visam impor a visão legítima sobre suas divisões. Bourdieu (1987, 1989, 1990) afirma que a realidade não está completamente estruturada para a percepção, mas apresenta certo grau de indeterminação que abre a possibilidade da existência de uma pluralidade de pontos de vista. Desta forma, segundo o autor (Bourdieu, 1987), apesar dos agentes, em suas práticas cotidianas, seguirem os condicionamentos das condições materiais de existência em que estão inseridos – e isso através da mediação do *habitus* –, suas representações das divisões do mundo social podem estar baseadas em uma diversidade de princípios, como étnicos, raciais, nacionais, ocupacionais, etc.

Diante disso, podemos dizer que Bourdieu substitui a noção marxista de interesses pela dimensão simbólica como fator de unificação ao explicar a formação da classe como coletivo mobilizado<sup>40</sup>. Em outros termos, o surgimento de um coletivo organizado não se dá como resultado da consciência de seus membros em torno dos interesses compartilhados em função das mesmas condições materiais, mas depende da construção de uma identidade, levada a cabo pelo porta-voz autorizado através de um trabalho de designação pelo discurso, que permite às pessoas se reconhecerem como parte da classe. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, os interesses compartilhados pelos indivíduos em posições sociais semelhantes definem apenas a probabilidade de constituição das classes reais, pois não são capazes de gerar representações uniformes do mundo social, as quais podem ser construídas com base em muitas categorias (como etnia, gênero, ocupação, nacionalidade, etc). Além disso, as clivagens do espaço social sobre as quais se apóia o trabalho simbólico de constituição de grupos mobilizados não tem como base a esfera de

---

<sup>40</sup> Bourdieu se refere ao processo de constituição dos grupos como “ *saber como é possível fazer coisas, isto é, grupos, com palavras*” (Bourdieu, 1990, p. 167).

produção, onde se definiam os interesses antagônicos das classes na teoria marxista, mas sim a esfera do consumo, onde se distinguem os diferentes estilos de vida. Isso quer dizer que, para Bourdieu, é na esfera do consumo, em oposição à esfera da produção, que se originam as condições para a formação de laços de solidariedade e mobilização coletiva (Weininger, 2005).

Além disso, diante dessa importância atribuída por Bourdieu ao trabalho simbólico de formação de uma identidade de grupo a fim de se constituírem classes reais, é preciso ressaltar que a noção de *habitus* não é um substituto para a noção marxista de “consciência de classe”. Na teoria marxista, tal noção caracterizava exatamente as classes como grupos mobilizados politicamente, que em Bourdieu são produto do trabalho simbólico. A noção de *habitus*, por sua vez, refere-se a grupos semelhantes no âmbito mais restrito das práticas cotidianas de consumo, de relação com o corpo e com a linguagem, etc; e os grupos assim definidos, segundo Bourdieu, não são classes reais. Em outras palavras, as noções de *habitus* e de “consciência de classe” são formulações destinadas a elucidar os mecanismos de tipos diferentes de ação social. Nesse sentido, o *habitus* não é o principal princípio gerador do tipo de ação política que a noção de “consciência de classe” pretendia explicar<sup>41</sup>.

Por fim, pode-se perguntar qual a diferença entre as classes que emergem da classificação através das práticas de consumo e do trabalho político de designação lingüística. As práticas de consumo e o trabalho político de nomeação dos grupos representam diferentes graus do processo de reconhecimento da existência de uma classe; das práticas de consumo se originam apenas fronteiras difusas entre as classes, enquanto que do trabalho discursivo surgem grupos mobilizados para a ação coletiva.

---

<sup>41</sup> Esta observação estaria de acordo com a seguinte afirmação de Swartz ao comentar a noção de *habitus* de Bourdieu: “*This is not to suggest that Bourdieu views all behaviour as being governed by habitus. He finds that habitus is most useful for explaining behavioural patterns in situations where normative rules are not explicit. Conduct relies less on habitus in situations that are highly codified, regulated, or threatening to vital material and political interests*”, e o autor ainda complementa que “*the stress Bourdieu places on the role of habitus in shaping action tends to deflect attention away from those situations when other principles governing practices come into play*” (Swartz, 1997: p. 113).

Além disso, podemos dizer que as primeiras geram uma identidade de classe individual, enquanto que o segundo se relaciona à construção de uma identidade coletiva de classe.

Em resumo, conforme Bourdieu (1987, 1989, 1990), o processo de formação de um grupo mobilizado- e, portanto, a possibilidade de ação de classe - envolve tanto a criação de uma identidade quanto a delegação de poder simbólico para representantes e porta-vozes autorizados. Para o autor, as classes como coletivos organizados são fruto de construções simbólicas. No entanto, é preciso destacar que a essas afirmações se limitam o tratamento de Bourdieu das classes como entidades coletivas e organizadas.

#### ***V. conflitos de classe***

Não é possível apreender completamente como Bourdieu entende as classes sociais antes que se considere o papel dos conflitos de classe em sua teoria. Na realidade, a estrutura das relações de classe que apresentamos em seções anteriores representa, segundo Bourdieu, apenas uma visão estática de um momento determinado da luta de classes, a qual é o elemento fundamental da dinâmica da vida social por ser a arena onde as posições sociais dos agentes são defendidas e conquistadas. Nas palavras do autor,

*“The social positions which present themselves to the observer as places juxtaposed in a static order of discrete compartments, raising the purely theoretical question of the limits between the groups who occupy them, are also strategic emplacements, fortresses to be defended and captured in a field of struggles”* (Bourdieu, 1984: p.244).

Nos trabalhos analisados, Bourdieu faz referência a várias formas de lutas, quais sejam, conflitos em relação às formas valorizadas de capital, conflitos simbólicos sobre a própria representação do mundo social e conflitos em torno da cultura legítima.

Na primeira forma de luta de classe, os atores perseguem, por meio do investimento em diversos tipos de capital, estratégias de reprodução social a fim de manter ou melhorar suas posições na estratificação. Bourdieu trata particularmente das

estratégias de reconversão, que consistem nas transformações da composição do capital, ou seja, na conversão de um tipo de capital em outro, a fim de conservar as posições relativas na estrutura social. Como exemplo, o autor mostra que a crescente valorização das credenciais educacionais provocou uma mudança na forma de transmissão de privilégios nas classes mais ricas em capital econômico: o investimento em educação ganhou maior relevância frente à transferência direta de propriedade. Nesse sentido, um dos principais elementos em disputa nos conflitos de classe consiste na taxa de conversão entre diferentes tipos de capital.

Desta forma, a análise de Bourdieu permite distinguir duas formas de mobilidade social: vertical e transversal. Os movimentos verticais envolvem acumulação ou perda de um único tipo de capital, resultando na ascensão ou declínio dentro de uma mesma dimensão do espaço social. Os movimentos transversais, por sua vez, ocorrem quando há reconversão de um tipo de capital para outro, implicando deslocamentos entre as dimensões do espaço social, mas não necessariamente mudança na posição relativa na estratificação. Com esses conceitos, Bourdieu pretende explicar que a mobilidade entre ocupações pode não significar transformações na estrutura de classe, mas apenas sua reprodução.

Nessas condições, é possível afirmar que, apesar de Bourdieu ressaltar que a distribuição das várias formas de capital é resultado dos conflitos anteriores entre indivíduos ou grupos, concentra suas análises em como o capital se encontra de fato distribuído, dedicando pouca atenção aos reais processos de conflito que deram origem à dada configuração da estrutura social.

O segundo tipo de conflito de classes tratado por Bourdieu são as lutas de classificação, que envolvem a disputa pelas definições e representações do mundo social. Nas palavras do autor, "*what is at stake in the struggles about the meaning of the social world is power over the classificatory schemes and systems which are the basis of the representations of the groups and therefore of their mobilization and demobilization*" (Bourdieu, 1984: p. 479).

O *habitus* estabelece uma correspondência entre, de um lado, as posições sociais e, de outro lado, as práticas e representações. No entanto, Bourdieu também afirma que o mundo social “*não se apresenta como totalmente estruturado e capaz de impor a todo sujeito perceptivo os princípios de sua própria construção*” (Bourdieu, 1990: p. 159). Na realidade, o mundo social carrega uma parcela de indeterminação e fluidez, além de certo grau de elasticidade semântica, o que permite que seja dito e construído de acordo com diferentes princípios de visão e divisão. Nesse contexto, Bourdieu (1990) ressalta que esse elemento de incerteza fornece a base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima.

As lutas em torno das representações adquirem importância porque, para Bourdieu (1990), delas dependem as possibilidades de um grupo social desenvolver uma identidade. Como vimos, segundo o autor, para que um grupo social possa se constituir na realidade, é necessário um trabalho simbólico que forme uma identidade de grupo. Nesse sentido, as lutas classificatórias envolvem a disputa pela capacidade de impor os nomes e categorias de um grupo como oficiais e legítimos.

Conforme Bourdieu, as lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas (Bourdieu, 1990). Do lado objetivo, as lutas se processam por meio de ações individuais ou coletivas de representação, cuja finalidade é mostrar publicamente determinada realidade:

*“Penso, por exemplo, nas manifestações que tem como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; e, ao nível individual, em todas as estratégias de apresentação de si, tão bem analisadas por Goffman, e destinadas a manipular a imagem de si e sobretudo – isso Goffman esqueceu – de sua posição no espaço social”* (Bourdieu, 1987: p.162).

Do lado subjetivo, os conflitos tomam a forma de tentativas de mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, ou seja, as estruturas cognitivas e avaliatórias:

*“Ao nível da luta de classes cotidiana que os agentes sociais travam de maneira isolada e dispersa, estão os insultos, enquanto tentativas mágicas de categorização (kathegoresthai, de onde vêm as nossas “categorias”, significa, em grego, “acusar publicamente”), os mexericos, os boatos, as calúnias, as insinuações, etc. Ao nível coletivo, mais propriamente político, há todas as estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social rejeitando o velho léxico político, ou que visam conservar a visão ortodoxa conservando as palavras, que muitas vezes são eufemismos (lembrei agora mesmo a expressão “classes modestas”), destinadas a designar o mundo social” (Bourdieu, 1987: p. 162).*

Nesse contexto, Bourdieu (1989) destaca que, na luta pela imposição da visão de mundo legítima do mundo social, os agentes estão equipados de modo desigual para impor sua percepção, ou seja, seu poder depende da posse de capital econômico e cultural.

Encontramos em Bourdieu referência a uma terceira forma de luta de classe, que são os conflitos em torno da cultura legítima. Como os diferentes estilos de vida estão hierarquizados de acordo com sua distância em relação à “cultura legítima”, esta é objeto de uma luta permanente. Conforme sumariza Weininger (2005), há duas modalidades deste tipo de conflito. A primeira é a competição que tem como objeto a apropriação das práticas e objetos considerados mais distintos. Conforme Bourdieu, os objetos e práticas considerados parte da “cultura legítima”, após serem inicialmente monopolizados pela classe dominante, são progressivamente difundidos entre as classes médias, o que provoca um deslocamento da classe dominante em direção a novos objetos e práticas a fim de reafirmar continuamente a distinção de seu estilo de vida (Bourdieu, 1984: pp.246–256). Outra forma de conflito se dá em torno da definição do próprio conteúdo e significado da cultura legítima, em que cada fração da classe dominante busca impor o reconhecimento da superioridade de seu estilo de vida. Nesse contexto, o que é característico de tais modalidades de conflitos em torno da cultura legítima é que somente

participam dele a classe dominante e a classe média, sendo que a classe operária está excluída devido à sua falta de capital cultural<sup>42</sup>.

Diante das formas de conflito de classe discutidas por Bourdieu, Joppke (1986) afirma que “*The fundamental struggle for classification – and, in this sense, for setting up the rules of the game – is reduced from the dramatic combat scenario between dominant and dominated classes to the exclusive and highly informal cultural conflict among elites*” (Joppke, 1986: p. 76). Em outros termos, Bourdieu se afasta do entendimento, presente no marxismo, da luta de classes como um conflito coletivo incitado pelas classes dominadas a fim de transformar essa ordem de dominação. Na realidade, os atores principais dos conflitos destacados pelo autor são, principalmente, a classe dominante, que busca manter sua posição na hierarquia social, a distinção de seu estilo de vida e a legitimidade de sua visão do mundo social. Como consequência, os conflitos de classe em Bourdieu tem como resultado a conservação das distâncias entre as classes e não a transformação da ordem social.

Além disso, Swartz (1997: p.187) ressalta que, apesar de Bourdieu destacar a importância dos conflitos de classe na vida social moderna, sua visão dessas lutas tem como foco as formas individuais de competição, ou seja, desconsidera as formas baseadas em mobilização coletiva. Swartz explica esse ponto de vista como resultante da concentração dos trabalhos de Bourdieu principalmente no âmbito da educação e da alta cultura, que são campos caracterizados especialmente pela concorrência e distinção individuais: “*If Bourdieu had concentrated more on the workplace, or the state, or on social movements, he might have stressed more the collective and organizational dimension of class struggle*” (Swartz, 1997: p.188).

---

<sup>42</sup> “*The dominated classes intervene in the symbolic struggles to appropriate the distinctive properties which give the distinctive life-styles their physiognomy and specially in the struggles to define the legitimate properties and the legitimate mode of appropriation, only as a passive reference point, a foil*” (Bourdieu, 1984: p. 251).

## *VI. mudança social*

Na teoria marxista, o conceito de classes sociais, ou mais precisamente o conflito de classes, está diretamente relacionado à compreensão da dinâmica da transformação social. Nesse sentido, é interessante observar como e se a análise de classe de Bourdieu incorpora o processo de mudança das estruturas sociais.

Na realidade, os críticos de Bourdieu ressaltam a dificuldade de sua teoria em tratar de situações de crise e mudança social, o que seria consequência do papel central do conceito de *habitus* na explicação da ação social.

De fato, quando o *habitus* opera em condições similares as que foi formado, o modelo de Bourdieu prevê que ocorra uma reprodução estrutural, ou seja, o *habitus* perpetua as condições materiais que lhe deram origem. O *habitus* legitima a desigualdade econômica e social ao promover uma aceitação prática das condições fundamentais de existência. Uma vez que o *habitus* envolve um cálculo inconsciente a respeito do que é possível, impossível e provável para os indivíduos em suas localizações na ordem social estratificada, as expectativas dos agentes se ajustam a suas oportunidades objetivas. Nesse contexto, os indivíduos percebem a ordem do mundo como natural e tendem a aceitá-lo sem contestação<sup>43</sup>.

Por outro lado, Bourdieu considera que há situações que podem dar origem a mudanças. Em contextos de rápida transformação da estrutura de oportunidades, estas deixam de corresponder às expectativas decorrentes da socialização primária, surgindo então o potencial para crises sociais, quando as classes dominadas rompem sua aceitação

---

<sup>43</sup> "Como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante" (Bourdieu, 1990: p.158).

dos valores dominantes. Em outros termos, a fonte de mudança está na falta de ajustamento entre o *habitus* e as conjunturas diferentes das quais ele foi formado<sup>44</sup>.

No entanto, essa observação de Bourdieu é feita de forma passageira e não é desenvolvida, deixando de considerar como as expectativas frustradas poderiam se converter em motor de mudança. Além disso, é preciso destacar que, de forma geral, Bourdieu utiliza o conceito de *habitus* para enfatizar a tendência de reprodução das estruturas herdadas. Diante disso, conforme Swartz (1997: p. 290), “*sources of change (...) are suggested here and there in his work but never mobilized into a convincing demonstration of their dynamics*”.

À análise do conceito de *habitus* como um obstáculo à compreensão da mudança social, poderíamos acrescentar que a dificuldade de Bourdieu em tratar das transformações sociais também tem origem na própria forma como considera os conflitos de classe e como caracteriza a classe operária.

Os conflitos de classe, tal como entendidos por Bourdieu, tem como atores principais as classes dominantes e apresentam como resultado não a mudança social, mas a reprodução da ordem social, pois sua dinâmica se dá como reafirmação das distâncias entre as classes<sup>45</sup>. Nesse sentido, Joppke comenta: “*Bourdieu’s design of social reality contains a deep paradox: on the one hand he conceptualizes social life as an ever fluid balance-of -power resulting from permanent distributive struggles among social collectivities; in the other hand, these very same practices only reaffirm the relative distance between the social classes, as effected by the habitus’s inertia*” (Joppke, 1986:

---

<sup>44</sup> “(...)One can pose the question, much debated at present among historians, of the conditions (economic crisis, economic crisis following a period of expansion and so on) in which the dialectic of mutually self-reproducing objective chances and subjective aspirations may break down. Everything suggests that an abrupt slump in objective relative to subjective aspirations is likely to produce a break in the tacit acceptance which the dominated classes (...) previously granted to the dominant goals, and so to make it possible to invent or impose the goals of a genuine collective action” (Bourdieu, 1984: p.168).

<sup>45</sup> “The symbolic struggles between the classes (...) are bound to take the form of competitive struggles helping to reproduce the gaps which are the essence of the race” (Bourdieu, 1984: p.251); “(...) the strengths and efforts of the groups competing for a given type of asset or entitlement tend to balance one another out, as in a race in which, after a series of burst in which various runners forge ahead or catch up, the initial gaps are maintained” (Bourdieu, 1984: pp.160-161).

p.62). Isso é coerente com o fato de que Bourdieu não tratou de situações onde a luta em torno das definições e classificações do mundo social realmente alterou a hierarquia social. Além disso, conforme afirma Swartz (1997), o autor não trata das formas coletivas de conflito de classe, mas se concentra na análise das esferas onde o conflito toma a forma de competição individual.

A classe operária é tratada por Bourdieu como passiva e subordinada cultural e politicamente, de modo que seu estilo de vida é somente uma referência negativa na busca de distinção das outras classes e expressa o reconhecimento da legitimidade da cultura da classe dominante. Conforme Swartz, Bourdieu não considera a variedade e o grau de autonomia das práticas culturais da classe operária em relação aos grupos dominantes (Swartz, 1997). Nesse contexto, sendo destituída de capital cultural, a classe operária não possui os recursos para participar das lutas em torno da apropriação e definição da cultura legítima. Nas lutas pela percepção legítima do mundo social, a classe operária tem entrada somente ao nomear porta-vozes capazes de transmitir sua visão de mundo:

*“Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo da produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram não produzissem o efeito de predispor uma fração dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico”* (Bourdieu, 1989: p. 152).

## ***VI. conclusão***

A contribuição de Bourdieu ao estudo das classes sociais, especialmente em *Distinction*, é fornecer um tratamento da dimensão simbólica da estrutura e dos conflitos de classe, sem deixar de integrá-la com a dimensão material. A dimensão simbólica enfatizada por Bourdieu aparece, primeiramente, na incorporação da noção de capital cultural como uma das formas de poder que caracterizam a condição material de existência das classes. Isso tem como resultado a construção de um espaço social multidimensional, o que se diferencia das correntes marxistas que utilizam um único critério – a posição nas relações de produção – para definir a estrutura de classes. Além disso, o conceito de classe de Bourdieu só é completamente apreendido quando se considera as categorias de *habitus* e estilo de vida dos grupos sociais, ou seja, Bourdieu aponta para a centralidade das práticas simbólicas de classificação na delimitação das divisões de classe. Por fim, Bourdieu sublinha a dimensão simbólica dos próprios conflitos de classe ao defini-los seja como disputa em torno da cultura legítima seja como luta pela percepção legítima do mundo social.

Nessas condições, podemos dizer que a concepção de classe de Bourdieu permite ir além das correntes objetivistas ao acrescentar um tratamento subjetivista à análise de classe. Entre as análises objetivistas situamos Olin Wright, que tem sua ênfase na elaboração de um minucioso mapa da estrutura de classe, de modo que não fornece elementos para entender as classes como produto de processos de construção de uma identidade. Wright mantém-se na apreensão da dimensão objetiva das relações de classe, definindo critérios teóricos a fim de especificar quem está fora e quem está dentro de determinada classe. No entanto, não é possível falar em fronteiras entre quaisquer grupos sociais sem considerar como essas fronteiras são simbolicamente construídas na realidade. Bourdieu integra as dimensões objetiva e subjetiva como momentos distintos da análise de classe (Bourdieu, 1989). Inicialmente, os indivíduos são distribuídos no

espaço social segundo suas posições relativas na estrutura objetiva definida pelo volume e composição de capital. Os indivíduos com posições relativas similares, por estarem sujeitos aos mesmos condicionamentos, compartilham provavelmente estilos de vida semelhantes. Nesse sentido, a noção de *habitus* de Bourdieu gera práticas e representações diferenciadas que funcionam como princípios de inclusão e exclusão e marcam as distâncias e afinidades, recortando, assim, as fronteiras entre as classes. Assim, a estrutura de posições objetivas e os estilos de vida dão origem às classes como coletividades na medida em que os agentes possuem uma representação das fronteiras que os unem e separam. Tal representação pode ser difusa, no caso das classificações que advém das práticas de consumo ou mais rígida, no caso da identidade de classe formada a partir da nomeação por parte de um porta-voz autorizado. Nas palavras de Bourdieu, “*a class is defined as much by its being-perceived as by its being, by its consumption – which need not be conspicuous in order to be symbolic – as much as by its position in the relations of production (even if it is true that the latter governs the former)*” (Bourdieu, 1984: p.483)<sup>46</sup>. Desta forma, as fronteiras de classe são fruto, em Wright, das operações analíticas do pesquisador, enquanto, em Bourdieu, emergem das práticas das classes.

Diante disso, não cabe perguntar a Bourdieu quantas classes existem e quais os limites entre elas. Para o autor, tais perguntas expressam um pensamento substantivista que assume que as classes sociais estão dadas na realidade, prontas para serem identificadas e descritas pelo cientista social. Segundo a visão relacional de Bourdieu, a definição das fronteiras entre as classes é um objeto das próprias lutas políticas – uma vez que a localização de tais limites carrega implicações políticas em termos de estratégias de aliança e mobilização<sup>47</sup> –, de modo que não podem ser mapeadas de forma definitiva pelo

---

<sup>46</sup> Também afirma Weninger (2005): “*Social classes, we might say, can only arise through the conjunction of two partially independent forces: the objective probabilities resulting from the structure of social space and the subjective “belief” in the existence of classes*” (Weininger, 2005: p.142).

<sup>47</sup> Bourdieu comenta um exemplo bastante ilustrativo a respeito das conseqüências políticas das disputas em torno das fronteiras entre as classes: “*By virtue of their objective position situated half-way between the two poles of the space, standing in a state of unstable equilibrium and wavering between two opposed alliances, the*

cientista social. De fato, como vimos, as classes sociais não expressam apenas condições de existência compartilhadas, mas dependem de um processo de construção de identidade, seja pelas práticas simbólicas de classificação por meio dos estilos de vida, seja pelas lutas em torno da visão legítima sobre o mundo social e suas divisões. Desta forma, nas palavras de Bourdieu,

*“These boundaries can thus be conceived of as lines or as imaginary planes, such that the density (of the trees or of the water vapour) is higher in the one side and lower on the other, or above a certain value on the one side and below it on the other (in fact, a more appropriate image would be that of a flame whose edges are in constant movement, oscillating around a line or surface)”* (Bourdieu, 1987: p. 13).

Neste contexto, o autor ressalta que a própria ciência não está isenta das lutas que buscam definir os limites entre as classes, mas participa ativamente por meio das classificações que produz. Segundo o autor, *“the criteria used in the construction of the objective space and of the well-founded classifications it makes are also instruments – I should say weapons – and stakes in the classification struggle which determines the making and un-making of the classifications currently in use”* (Bourdieu, 1987: p. 9).

Para caracterizar a análise de classe de Bourdieu também é necessário observar o escopo explicativo de seu conceito de classe. Ao definir as classes como indivíduos que compartilham tanto as mesmas condições de existência material quanto as mesmas disposições internalizadas, Bourdieu pretende utilizar as classes sociais como princípio explicativo das práticas nas várias dimensões da vida social<sup>48</sup>. Assim, o autor mostra que o gosto e os estilos de vida são um produto social, efeito das diferenças entre as classes, e não originados de algum dom natural. No entanto, aqui também encontramos os limites

---

*occupants of the intermediate positions of the social field are the object of completely contradictory classifications by those who try, in the political struggle, to win them over to their side”* (Bourdieu, 1987: p. 12).

<sup>48</sup> *“This use of the notion of class is inseparable from the ambition to describe and classify agents and their conditions of existence in such a way that the cutting-up of social space into classes might account for variations in practices”* (Bourdieu, 1987: p. 6).

da abordagem de Bourdieu, pois as práticas de classe que Bourdieu analisa em *Distinction* referem-se, principalmente, ao consumo, seja de arte, de vestuário, de esporte, de lazer, de alimentação, ou à relação com o corpo, com a linguagem, com o tempo. Nesse sentido, o autor não oferece instrumentos suficientes para a compreensão da ação coletiva das classes sociais, seja revolucionária – direcionadas para a transformação social – ou organizada em torno de questões localizadas como meio ambiente, direitos civis, paz, etc.

## Klaus Eder e a nova política de classe

### *introdução*

Klaus Eder, em seu livro *A nova política de classes*, se apropria dos desenvolvimentos teóricos de Bourdieu a fim de explicar como se articulam classe e ação coletiva, especificamente em referência aos novos movimentos sociais que caracterizam as sociedades modernas avançadas. Essa abordagem constitui-se como uma reação tanto à teoria marxista das classes, como à postura de negar a relevância da categoria classe social na apreensão dos fenômenos sociais, particularmente dos movimentos sociais.

Assim, o presente capítulo pretende apresentar os argumentos centrais de Eder para explicar a relação entre classe e ação coletiva<sup>49</sup>. Na parte I, enfocamos as construções teóricas de Eder no sentido de desenvolver uma teoria sociológica da ação coletiva. Trata-se de explicar a ação coletiva em termos de uma teoria de classes, o que é elaborado por meio de uma reformulação culturalista tanto do conceito de classe quanto do conceito de ação coletiva. Assim, após apresentarmos a visão do autor sobre a estrutura de classe, a ação coletiva é estudada em sua dinâmica de criação de atores coletivos e em sua determinação pelas classes sociais enquanto estruturas de oportunidade social para a mobilização coletiva. A parte II traz a análise sociológica dos novos movimentos proposta por Eder. Essa abordagem permite compreendê-los não apenas como uma forma de protesto do *habitus* pequeno-burguês, mas como um novo campo de conflito de classe, em que a classe média tem papel essencial. A análise recai especificamente sobre os movimentos ambientalistas de contracultura como a nova

---

<sup>49</sup> É preciso destacar que o foco deste capítulo não é o debate sobre os novos movimentos sociais – o que exigiria recuperar a literatura específica sobre o tema –, mas nos centramos nos argumentos que se relacionam à análise de classe de Eder.

política de classe. Diante disso, o estudo sociológico dos novos movimentos sociais acrescenta uma dimensão ao tratamento da ação coletiva já desenvolvido na parte I, qual seja, seus efeitos sobre a estrutura social e as relações de classe.

## **Parte I: por uma teoria sociológica da ação coletiva**

### ***I. uma análise da estrutura de classe***

Nesta seção inicial, apresentaremos como Eder desenvolve sua análise da estrutura de classe, a qual segue as propostas de Bourdieu no sentido de uma revisão culturalista do conceito de classe. Esse tratamento das configurações sócio-estruturais consiste em uma modernização da noção de classe a fim de reafirmar a relevância da classe como princípio organizador das posições sociais. Para tanto, considera-se a cultura como variável essencial na identificação dos aspectos tanto objetivos quanto subjetivos de classe.

#### **Posições objetivas de classe**

A proposição de Klaus Eder para definir os parâmetros da estrutura de classe das sociedades modernas avançadas consiste em uma versão modificada do modelo desenvolvido por Bourdieu. Trata-se aqui de apresentar as classes sociais construídas teoricamente e identificadas estatisticamente.

No esquema de Eder, os indicadores centrais da posição de classe são as variáveis *ocupação* e *opinião*, as quais denotam a quantidade de recursos materiais e simbólicos de que dispõem as classes sociais. A variável *ocupação* denota o poder acumulado nas posições em função, principalmente, da qualificação formal. A variável *opinião* significa cultura, pois, para o autor, ter opiniões sobre política, moral e arte substituiu o indicador clássico da distância em relação à alta cultura. Encontra-se aqui um primeiro afastamento de Bourdieu, cujo conceito de capital cultural tem como referência exatamente a alta

cultura.

Nessas condições, Eder se contrapõe à teoria de classes marxista ao ressaltar que a posição nas relações sociais de produção, ou “controle das forças de produção”, perdeu relevância na definição da estrutura de classes, sendo substituída pela *ocupação* e *opinião* como mecanismos básicos de formação das classes sociais e das relações de classe nas sociedades avançadas.

No entanto, é preciso responder ainda qual o padrão que permite atribuir status a ocupações e opiniões, ou seja, qual a medida de referência para a classificação vertical. Depois de ressaltar que qualquer padrão é o resultado de uma perspectiva de classe, o autor propõe uma estrutura de classe baseada na quantidade de competência. Duas são as dimensões da competência: a competência cognitiva instrumental e a competência estética moral. A competência cognitiva instrumental é o pressuposto para se possuir uma ocupação e adquire sentido como critério para separação das classes sociais diante da ordem social meritocrática, realização do princípio moderno de igualdade. A competência estética moral, por sua vez, é a condição para se ter uma opinião e está relacionada aos movimentos de contracultura que caracterizaram a sociedade moderna desde seu início e que ganharam novos significados nos protestos morais e estéticos das novas classes médias<sup>50</sup>.

O uso do montante diferencial de competência para distinguir as classes é uma modificação da abordagem de Bourdieu em termos de capital econômico e cultural. Conforme Eder, o conceito de competência denota o “valor de uso” atribuído às qualidades culturais, ou seja, permite fugir da noção de cultura, vinculada ao conceito de “capital” ou “valor de mercado”, que reduz cultura ao que “a pessoa quer comprar” e ao que “os filósofos pensam sobre o mundo”.

---

<sup>50</sup> Os movimentos de contracultura e os novos movimentos sociais serão discutidos na parte II.

### **Condições subjetivas de existência das classes sociais: problema da relação entre classes teóricas e reais**

A noção de classe apresentada não possui densidade concreta, trata-se apenas de uma construção probabilística. Assim, é preciso enfrentar a questão de como relacionar as classes teóricas e as reais. Trata-se aqui apenas de identificar as condições subjetivas de existência das classes e não sua capacidade de ação coletiva.

Conforme Bourdieu, a identificação empírica das classes reais depende do *habitus*, que são esquemas de experienciar, perceber e interpretar o mundo social. O *habitus*, por um lado, gera atitudes subjetivas e, por outro lado, é o produto das posições objetivas de classe. Diante disso, Eder seleciona uma dimensão do *habitus* como privilegiada para identificar as subculturas específicas de classe, qual seja, os esquemas interpretativos que tematizam a desigualdade social. Para o autor, as teorias sobre desigualdade social, como formas específicas de representação da estrutura de classes, são a chave para definir as classes reais nas sociedades avançadas.

O critério da representação da desigualdade social adquire relevância, argumenta o autor, na medida que a cultura moderna se distingue das tradicionais por seu ideal de igualdade. No entanto, diante das diferentes posições objetivas de classe, é preciso que surja um discurso capaz de explicar os desvios da realidade social em relação àquele ideal. Nessas condições, as interpretações sobre a desigualdade social variarão conforme as posições objetivas de classe, pois a eleição de um critério para apreender uma estrutura social como desigual é o resultado de uma prática de classificação simbólica através da qual os grupos sociais em conflito buscam legitimar seus próprios atributos e posições.

Nessas condições, o autor sugere três esquemas característicos de justificação da estrutura social. O primeiro interpreta a desigualdade como fruto da incompetência cognitiva ou moral-estética, de modo que as posições sociais mais baixas são vistas como merecidas. O segundo esquema reflete um *ethos* individualista na medida que entende a desigualdade como o resultado de conquistas individuais, o que tem como consequência a

visão de que a desigualdade é funcionalmente necessária para que os melhores tenham as melhores posições. Conforme o terceiro esquema, a desigualdade se deve à contingências que impedem alguns de ascender socialmente, tais como guerras, falta de contatos, problemas familiares; acredita-se que o acesso à educação formal conduziria a melhores posições.

Em referência às alterações, em relação ao modelo de Bourdieu, na forma de analisar as posições subjetivas de classe, Eder afirma:

*“Isso significa que o problema de uma visão de mundo específica de classe – uma esquematização cognitiva de classe – ou o problema de avaliações sobre bom gosto – uma esquematização estética do mundo – têm de ser excluídos. Isto não envolve supor sua insignificância no que diz respeito à constituição de uma classe real” (Eder, 2002: p.162).*

Tal afirmação também não deixa de ser um contraponto ao marxismo uma vez que as descrições sobre a desigualdade social não implicam consciência de classe, tal como em Bourdieu o habitus de classe se traduz melhor como “inconsciência” de classe. A consciência de classe era o critério de transformação da classe em si para a classe para si na tradição marxista. O equívoco do marxismo era tratar a classe trabalhadora identificada na teoria como uma classe real; para isso, conforme Eder, supunha-se que as classes sociais compartilhavam um mundo de homogeneidade cultural, solidariedade e comunicação, ou seja, poderiam se unir a partir da consciência de classe em uma classe para si. No entanto, a modernização da estrutura de classes não gerou um mundo de vida comum à classe trabalhadora. Diante disso, a crítica de Eder ao marxismo poderia ser questionada nesse ponto no sentido de que, como salienta o próprio autor, o problema de identificação das classes reais não corresponde à questão da capacidade para a ação coletiva; ao afirmar a necessidade de consciência de classe para a constituição da classe para si, o marxismo tinha como objetivo explicar exatamente a ação coletiva e não apenas a existência subjetiva das posições sociais. A análise de Eder a respeito de como os atores coletivos emergem da ação coletiva tratou, como mostraremos na próxima seção,

exatamente de desconstruir a forma de relacionar classe e ação coletiva no marxismo, cabendo, então, situar nesse contexto a crítica à necessidade de consciência de classe.

## ***II. uma construção teórica dos atores coletivos***

Além de defender a necessidade de reconsideração da forma como o marxismo definia classe social, Eder contesta a idéia marxista da classe social como sujeito histórico, segundo a qual os atores coletivos são entendidos como portadores da ação coletiva a partir do compartilhamento de uma consciência de classe<sup>51</sup>. Como resposta a isso, a autor trata de buscar a construção social dos atores coletivos, assim como dos sentimentos coletivos compartilhados e das orientações para a ação, no interior mesmo dos processos de ação coletiva: *“O ator coletivo, considerado como a realidade social emergente, não deve ser procurado fora do processo da ação coletiva, seja na psicologia de atores individuais ou na teleologia da história. Ele deve ser localizado dentro do processo da ação coletiva”* (Eder, 2002: p. 85).

Como uma construção teórica destinada a reintroduzir os atores coletivos na teoria social, Eder apresenta uma análise em três níveis da ação coletiva a fim de mostrar como os atores coletivos surgem na realidade social. Trata-se de uma sociologia da ação coletiva que procura relacionar ação e estrutura de modo a ir além tanto das teorias da agência quanto das teorias dos sistemas. Nas teorias sistêmicas, a ação coletiva aparece apenas como produtora de ruído, ficando por explicar tanto o surgimento quanto o papel da mobilização coletiva. As teorias da agência não podem apreender as propriedades emergentes da ação coletiva, pois a reduz à mera agregação das ações individuais.

A teoria proposta para explicar a formação de um ator coletivo considera três fases na produção e reprodução dos atores coletivos: o processo de constituição de um ator coletivo através de ações conjuntas; o processo de construção da identidade do ator

---

<sup>51</sup> Da mesma forma, opõe-se às teorias que se baseiam na psicologia das massas, caracterizadas como irracionais.

coletivo a partir da delimitação da ação coletiva em seu ambiente social; e os processos de práticas cognitivas, que permitem a reprodução da identidade coletiva por meio da capacidade reflexiva de descrever a si próprio e sua relação com o ambiente social.

A partir disso, Eder procura integrar as várias tendências presentes nos estudos sobre movimentos sociais, transformando cada corrente em um nível de análise diferente, o que resulta na distinção de três níveis de análise da ação coletiva. A análise de nível micro relaciona a abordagem econômica da escolha racional às teorias dos processos de aprendizagem moral (ação comunicativa) a fim de esclarecer a questão da coordenação das ações individuais, cujo fruto é o grupo. Tal perspectiva teórica rompe com o problema da motivação psicológica ao mostrar que os motivos que levam as pessoas a aderir à ação coletiva são gerados e produzidos no próprio agir em conjunto: *“A existência de um grupo não é apenas o efeito de decisões individuais, sejam elas motivadas por sentimentos egoístas ou altruístas, decisões racionais ou morais. O grupo é também um fato social que precede tais sentimentos e exerce controle social sobre tais decisões e sentimentos”* (Eder: 2002: p. 94). Essencial para a emergência do grupo como construção social é a criação de uma identidade, o que é o resultado de processos de comunicação e aprendizagem coletiva. A forma como se encaminham tais processos de aprendizagem depende de condições sociais que estão além da dimensão referente à constituição do grupo, requerendo outro nível de análise, a análise de nível médio.

A análise de nível médio baseia-se fortemente na escola norte-americana e tem como objeto a organização da ação coletiva por meio da mobilização de recursos e poder. Ao envolver a coordenação das relações por meio de laços organizacionais, a mobilização de recursos permite que a ação coletiva não dependa exclusivamente dos laços interativos e das motivações cotidianas dos atores; o resultado é o prolongamento do ciclo de vida da mobilização. Neste nível de análise, a ação coletiva se manifesta como grupos de pressão organizados, os quais têm como referência determinado contexto institucional. A questão central aqui é constituir uma identidade simbólica que conduza ao reconhecimento público como ator coletivo. No entanto, o contexto institucional no qual surgem os grupos

de pressão está localizado na própria sociedade, o que conduz a um terceiro nível de análise da ação coletiva.

O nível macro de análise, característico dos estudos europeus, trata da ação coletiva enquanto fenômeno social situado no contexto da estrutura social. Considera-se que as estruturas de classe são o ambiente onde a ação coletiva se produz e se reproduz no nível da sociedade. Nesse sentido, *“as classes não são mais atores históricos, mas funcionam como uma estrutura social de oportunidades para a ação coletiva, subjacente ao movimento político. A classe não é mais determinante; é uma restrição e uma oportunidade”* (Eder, 2002: p.105). A maneira precisa pela qual as classes, concebidas enquanto estruturas de oportunidades para o protesto coletivo, devem ser inseridas em uma teoria da ação coletiva será desenvolvida na próxima seção. Por fim, nesse nível de análise, a ação coletiva se manifesta como movimentos sociais, que transcendem os limites de um sistema institucional e se relacionam a alternativas históricas de desenvolvimento.

### ***III. a cultura como o elo entre classe e ação coletiva***

Nesta seção, prosseguindo no argumento de Eder contra o entendimento da classe social como sujeito histórico, mostraremos como o autor elucida mais detidamente a relação entre classe e ação coletiva, sugerida acima, ao desenvolver um modelo de análise da ação coletiva enquanto fenômeno social situado no contexto da estrutura social.

A crise da política de classe se manifesta no estudo da ação coletiva como fenômeno independente das classes sociais. É nesse sentido que a “classe” foi abandonada como categoria central para explicar a constituição e reprodução da sociedade<sup>52</sup>. Diante disso, o autor argumenta que a *“tese sobre o fim da classe é simplesmente um produto de modelos teóricos inadequados da realidade social”* (Eder,

---

<sup>52</sup> Analisaremos na seção IV como Klaus Eder defende as classes como a chave para explicar o desenvolvimento social.

2002: p.18). Um desses modelos inadequados é certamente a teoria marxista das classes sociais, na qual o elo entre classe e ação era direto no sentido de que a classe social era tratada como sujeito histórico e ator coletivo. As discussões apenas se polarizavam entre aqueles que entendiam a ação coletiva como resultado da própria estrutura de posições de classe ou como fruto da consciência que os atores tinham de suas posições.

No entanto, Eder ressalta que a discussão sobre mobilização coletiva não conduz diretamente à análise de classe, antes, é necessário encontrar as variáveis mediadoras da relação entre classe e ação. Isso porque, como mostraremos, não é possível “*reificar a classe como ator. Não são classes que agem, mas atores, e seu espaço de ação é determinado pela classe apenas estruturalmente*” (Eder, 2002: p.19). Nessas condições, introduz-se o nível intermediário da cultura para relacionar posição social e seus efeitos na ação coletiva.

Na realidade, o modelo propõe três níveis de análise para captar as variáveis mediadoras da relação entre classe e ação: *classes, textura cultural* e *ação coletiva*. A *classe* é a variável estrutural e aparece como uma construção teórica; a *textura cultural* dá significado à estrutura e consiste em valores, identidades e conhecimento; o nível de análise da *ação coletiva* trata das motivações para adesão à mobilização no contexto de texturas culturais, evidenciando as estruturas de preferência e orientações normativas.

A textura cultural permite relacionar os níveis micro e macro de análise, pois se relaciona tanto à noção de classe, como contexto objetivado em estruturas sociais, quanto à noção de ação, como contexto internalizado pelos atores a partir de suas referências subjetivas à cultura. Assim, as relações entre classe e ação serão analisadas aqui por meio da compreensão dos efeitos da classe sobre as motivações da ação através do contexto cultural. Por outro lado, é preciso determinar também os efeitos de retroalimentação da ação coletiva sobre a cultura e a classe, o que será objeto da parte II.

Primeiramente, o autor relaciona mobilização e cultura defendendo que “*os eventos de ação coletiva devem estar situados em espaços de ação culturalmente definidos*” (Eder, 2002: p.29). Nesse caso, a textura cultural corresponde a espaços de

ação simbolicamente organizados que coordenam as motivações subjetivas dos indivíduos de um modo não subjetivo. Trata-se, assim, de formas de vida que permitem aos atores agirem coletivamente. Baseando-se em Williamson, Eder sugere algumas possibilidades de textura cultural tais como a cooperação de indivíduos egoístas (mercado), a hierarquia e as redes.

Em segundo lugar, busca-se a conexão entre espaços de ação simbolicamente definidos e as diferenças de classe. Conforme o autor, "*a classe tem efeitos sobre a ação coletiva através de construções culturais geradas em formas históricas específicas de vida*" (Eder, 2002: p.31). A classe, nesse sentido, não possui uma determinação direta sobre a ação coletiva, mas atua como uma estrutura geradora de posições que dão oportunidades, ou falta de oportunidades, para agir e delimitam espaços de ação.

Tal estrutura de posições sociais é definida a partir de um princípio organizador dos atributos dos indivíduos e expressa a distribuição desses atributos entre a população. O princípio que permite separar as propriedades objetivas em categorias de pessoas depende dos elementos que são valorizados em uma sociedade, o que o evidencia como uma construção cultural e social. A estrutura de classe que emerge desta análise se conforma em diferentes oportunidades de vida para cada categoria de pessoas, o que denota desigualdade e poder. No entanto, o autor insiste, como Bourdieu, que tal noção de classe não possui realidade concreta, tratando-se apenas de um construto probabilístico.

Eder propõe um modelo de classificação das classes sociais, baseado nas pesquisas de Bourdieu, que tem como princípio organizador a quantidade de competência. Tal critério decorre da suposição que permeia todo o livro, qual seja, que as sociedades modernas avançadas são sociedades pós-industriais. Segundo o autor, nas estruturas de classe pós-industriais, as oportunidades de vida das pessoas são classificadas conforme a dependência dos bens coletivos providos por processos coletivos de decisão. Esse contexto difere das sociedades industriais, onde as diferenças entre posições sociais estavam relacionadas às oportunidades de vender a força de trabalho.

Diante disso, a visão de Eder sobre a estrutura de classe envolve o abandono do modelo de relações hierárquicas de classe, típico das sociedades industriais, em favor de um modelo de rede de relações de classe, o qual permitiria traduzir a realidade das sociedades de comunicação avançadas. No modelo hierárquico, os princípios organizadores baseavam-se no poder e na dependência, de modo que as classes eram geradas a partir de uma diferenciação estratificatória (classes exploradas e exploradoras). Já no modelo em rede, as classes surgem da diferenciação funcional, conforme os princípios de poder e interdependência, o que resulta em uma estrutura de diferentes oportunidades de vida.

#### *IV. papel das classes no desenvolvimento social*

No marxismo, a teoria das classes sociais se integra a uma teoria sobre a mudança social. Os mecanismos de progresso são as contradições, em primeiro lugar, entre as forças de produção e as relações de produção e, em segundo lugar, entre as classes sociais. Deste modo, modernizar o conceito de classe social em reação ao marxismo, como mostramos ser o projeto de Eder, inclui a tarefa de reinterpretação da teoria da mudança social, principalmente quando também se tem em vista a crítica das teorias que negam a relevância explicativa da categoria na explicação da produção e reprodução da sociedade.

Nessas condições, o autor propõe uma teoria da produção social da sociedade moderna, a qual consiste na absorção do conceito de contradição em uma abordagem da teoria da comunicação. A perspectiva adotada se contrapõe às teorias sociológicas tradicionais sobre modernização, que a identificam como resultado de processos de diferenciação (Durkheim) e racionalização (Weber). Antes, tais processos são tomados como efeitos possíveis da modernização e não como suas causas. Criticam-se, assim, as duas hipóteses evolucionárias subjacentes à teoria tradicional da modernização, quais sejam, a idéia de um caminho unidirecional para o desenvolvimento das sociedades

(diferenciação) e a idéia de uma força autopropulsora (razão) do desenvolvimento social.

Diante disso, cabe explicar como a ordem moderna é produzida, o que se faz a partir de dois elementos: os processos de aprendizagem e os conflitos de classe. Tais são os mecanismos que acionam os processos de mudança social e cultural. Além disso, é preciso esclarecer como se dá a reprodução da modernidade, o que permitirá reinserir os conceitos de diferenciação e racionalização, os quais, vistos como subprodutos dos processos de aprendizagem e do conflito de classes, reproduzem por sua vez as condições geradoras.

Para explicar a produção social da modernidade a partir dos processos de aprendizagem, Eder remonta ao século XVIII, quando, através dos grupos portadores do Iluminismo, os processos de modernização foram deflagrados por um novo tipo evolutivo de comunicação, o qual se caracterizava pelo tratamento igualitário e discursivo das disputas. Os princípios de igualdade e tratamento discursivo dos conflitos conduzem à lógica da universalização, definida pela consideração imparcial de todos os envolvidos. As condições para a constituição de uma situação de imparcialidade são a igualdade de oportunidade, de agir diferencialmente e participar de relações comunicativas. Conforme o autor, na medida que essas características da comunicação discursiva vão se tornando objeto do aprendizado coletivo, a sociedade moderna caminha na direção de uma organização democrática do bem estar.

A comunicação discursiva deve ser analisada em conjunto com o sistema de poder inerente à ordem social, pois o universo simbólico produzido pela comunicação discursiva é apropriado pelas classes a fim de legitimar suas posições sociais e reproduzir a estrutura de classes. A partir disso, o autor distingue os conflitos de classe e as práticas legitimadoras característicos das sociedades industriais e pós-industriais, o que será melhor apresentado na seção sobre os novos movimentos sociais.

A reprodução da modernidade depende, como foi dito, dos processos de diferenciação e racionalização. A diferenciação permite acomodar as conseqüências dos processos de aprendizagem e das lutas de classe ao separar e multiplicar suas esferas de

ação. A racionalização, por sua vez, é gerada pela comunicação discursiva e pelo interesse das classes sociais em legitimar suas posições. Diante disso, a principal tese de Eder é a inexistência de um único caminho tanto para a diferenciação quanto para a racionalização. Na realidade, a des-diferenciação pode ocorrer quando forças sociais conseguem romper o confinamento dos espaços sociais específicos e definir novos espaços de atuação; também a racionalização pode tomar outra direção quando há a contestação da ordem simbólica hegemônica. Nessas condições, o autor ressalta que esses caminhos alternativos não constituem obstáculos para a modernização, mas resultados possíveis; na realidade, a modernização assume formas patogênicas quando ocorre o bloqueio ao conflito de classes ou aos processos de aprendizagem coletiva.

Conforme foi dito, o modelo de Eder para analisar a produção e reprodução da modernidade consiste em uma reinterpretação do conceito de contradição a partir da perspectiva da teoria da comunicação. Nesse sentido, o autor afirma que uma contradição só pode ocorrer em uma relação comunicativa, uma vez que supõe que alguém se oponha ao que um outro diga ou faça. Assim, a contradição é localizada nos três níveis de análise descritos: nos grupos envolvidos na comunicação discursiva, nas classes em luta e na sociedade. No primeiro nível, as contradições ocorrem entre os atores em comunicação mútua; no segundo, encontram-se as contradições entre os grupos sociais em luta por classificação; no terceiro nível, as contradições se refletem nos efeitos estruturais da aprendizagem coletiva e do conflito de classes sobre a sociedade.

Diante disso, as contradições geram as mudanças sociais ao deflagrarem processos coletivos de aprendizagem no primeiro nível; ao conduzirem as classes sociais aos conflitos de classe; e, no terceiro nível, ao mobilizarem modelos antagônicos de reprodução como alternativas à diferenciação e à racionalização. Além disso, o autor afirma que as mudanças sociais nos diferentes níveis constituem mecanismos de evolução social, o que significa que a explicação da evolução da sociedade só pode ser apreendida pela interação dos efeitos das contradições nos três níveis da realidade social, e não como resultado isolado de uma delas.

## Parte II: classe e os novos movimentos sociais

### *1. uma análise sociológica dos novos movimentos sociais*

Na análise dos novos movimentos, encontram-se duas tentativas principais de explicar a ação coletiva em termos de uma teoria de classe. De um lado, os trabalhos de Offe assumem, conforme Eder, um modelo de explicação socioestrutural, em que a ação coletiva é vista como resultado da própria estrutura de posição de classe. Nesse sentido, tomando como base de interpretação o Estado do bem-estar, os novos movimentos sociais teriam como atores privilegiados aqueles que são afetados pelas decisões burocráticas. Segundo Offe, a sociedade moderna não tem um conflito central, sendo, ao contrário, segmentada e fragmentada em problemas específicos, de modo que a teoria marxista de uma única classe-ator foi transformada em vários atores de protesto. A crítica de Eder a essa abordagem é que a experiência histórica mostra que os mais afetados objetivamente são exatamente aqueles que não se revoltam.

De outro lado, a perspectiva de Inglehart é caracterizada como um modelo de explicação cultural, em que a mobilização ocorre em função da consciência que os atores têm de sua posição de classe. Nesse contexto, os novos movimentos sociais são interpretados como sendo determinados por mudanças coletivas na consciência; de forma específica, os valores pós-materialistas são a causa do novo protesto coletivo. Tal explicação, no entanto, falha, segundo Eder, ao desconsiderar as repercussões desses novos valores sobre a reprodução das estruturas sociais objetivas.

Diante disso, Eder afirma que tanto a explicação de Offe quanto a de Inglehart são limitadas por considerar os movimentos sociais como fenômenos trazidos à existência por forças externas, configurando-se como, respectivamente, um determinismo socioestrutural e um determinismo cultural. A proposta do autor para a explicação da

ação coletiva em termos de uma teoria de classes é tomar como ponto de partida a idéia de *habitus* de Bourdieu, uma vez que tal conceito permite mediar as realidades sociais objetivas e subjetivas. Trata-se, entretanto, de ir além da abordagem de Bourdieu, na medida que se, de um lado, o *habitus* explica a reprodução das posições de classe e das disposições subjetivas, deixa de elucidar, por outro lado, sua dinâmica de auto-transformação. Nessas condições, Eder propõe que se considere o *habitus* não apenas em sua função de reproduzir as condições de existência, mas também como um instrumento da ação coletiva, o que permitiria uma nova ligação entre classe e ação coletiva.

É dessa perspectiva teórica que Eder identifica nos novos movimentos sociais uma base social pequeno-burguesa, vendo-os inclusive como parte da história do protesto pequeno-burguês, que acompanhou desde o início a modernização da sociedade.

A posição socioestrutural da pequena burguesia, localizada entre as classes abastadas e as classes populares, inclui diferenciações internas entre a pequena burguesia administrativa, a pequena burguesia declinante e a nova pequena burguesia. No entanto, conforme o autor, é possível ligar essas diferentes frações pelo *habitus* pequeno-burguês, o qual pode ser caracterizado pela tensão entre o universalismo burguês e o particularismo plebeu, conduzindo a uma visão de mundo baseada na individualização.

Trata-se, então, de mostrar como esse *habitus* pequeno-burguês pode se manifestar como protesto. Nesse sentido, é preciso salientar, antes de tudo, que “*o dilema do habitus pequeno-burguês consiste em sua incapacidade de não se identificar nem com a posição objetiva ou com a identidade coletiva da (alta) burguesia nem com a posição objetiva ou identidade coletiva do proletariado. O protesto pequeno-burguês permanece amarrado dentro dos limites desse dilema*” (Eder, 2002: p. 244).

Eder mostra que os novos movimentos sociais podem se manifestar em três formas diferentes de protesto pequeno-burguês: podem permanecer restritos às cruzadas morais, traduzir-se como grupos de pressão política e até atingir o nível de um movimento social. Cada um desses tipos de mobilização reflete uma maneira específica de transformação do *habitus* pequeno-burguês em protesto.

A cruzada moral é um tipo de luta simbólica pelo reconhecimento da cultura de classe média como a cultura legítima, em oposição a moral dominante. Trata-se da forma preferida de radicalismo da pequena burguesia, na medida que representa a defesa dos princípios morais da modernidade, tais como a paz, a justiça e uma “vida boa”.

O grupo de pressão política é uma reação ao descaso no tratamento dos problemas sociais, relacionando-se, assim, à crise do Estado do bem-estar, à frustração com o sistema de partidos e com a burocratização. Nesse sentido, esse tipo de protesto reflete a luta contra o próprio declínio do status da classe média.

Um movimento social se engaja na defesa da democratização radical das relações sociais. No entanto, conforme o autor, essa é a forma mais estranha à mentalidade pequeno-burguesa, na medida que o *habitus* pequeno-burguês não projeta uma reflexão sobre sua própria posição sócio-estrutural e sobre as condições sociais de seus modelos culturais. Desta forma, esse tipo de protesto encontra-se apenas em pontos localizados dos novos movimentos sociais.

## ***II. novos conflitos de classe: uma nova teoria do radicalismo de classe média***

Na seção anterior, Eder desenvolveu uma análise dos novos movimentos sociais em termos de uma teoria de classe, o que conduziu à identificação da base pequeno-burguesa das novas mobilizações coletivas. Nesta seção, mostraremos como o autor avança em seu argumento, construindo uma análise de classe dos novos movimentos que os compreende não apenas como forma de protesto do *habitus* pequeno-burguês, mas como novo campo de conflito de classe, em que a classe média tem papel essencial.

Em seus estudos sobre a relação entre classe e ação coletiva, Eder se propõe a mostrar a pertinência de uma perspectiva de classe dos novos movimentos sociais. A tendência dos estudos sobre esse fenômeno social é negar a relevância da categoria “classe” como fator explicativo dos novos movimentos sociais; argumenta-se que as

classes tradicionais não definem mais a especificidade da ação coletiva. Em contraposição a essa tendência, Eder defende que os novos movimentos sociais realmente “não são um movimento de classe no sentido tradicional do século XIX”, mas constituem a manifestação de um novo tipo de relação de classe, na qual a classe média adquire papel relevante.

Para defender sua tese, o autor toma, como foco de análise da relação entre classe e ação coletiva, os efeitos da ação coletiva sobre as estruturas sistêmicas e os atores<sup>53</sup>. Desta perspectiva, a ação coletiva é compreendida em sua capacidade de criar tanto a arena de conflitos de classe quanto os próprios atores coletivos. Eder segue, assim, as sugestões de Touraine no sentido de chamar a atenção para a desnaturalização da sociedade industrial, a qual implica a construção social da arena dos conflitos sociais, assim como das classes de atores envolvidos. De um lado, o campo de conflitos de classe não é dado, mas produzido pelas práticas sociais. De outro lado, os atores coletivos envolvidos não são antecipadamente coletivos, mas se constituem como classe por meio da ação coletiva. A posição de Touraine se mostra, desta forma, como uma crítica à teoria marxista das classes sociais, a qual se atribuem noções naturalizadas das classes sociais e das arenas de conflito.

Diante disso, Eder argumenta que os novos movimentos sociais, práxis da classe média, contribuíram para o surgimento de uma nova arena de conflito de classes, os quais transcendem o campo das relações industriais. Na realidade, a suposição de todo o texto é que os conflitos de classe característicos da sociedade industrial, que se baseavam na contradição entre capital e trabalho, não dominam mais os conflitos de classe. Nesse sentido, conforme o autor, o objeto da política de classes nas sociedades avançadas não se relaciona mais à lógica sistêmica das sociedades ou à sua regulação, na medida que o Estado do bem-estar e as negociações coletivas resultaram na institucionalização do conflito de classe baseado na divisão entre capital e trabalho. A questão central é que a

---

<sup>53</sup> O efeito tradicional da relação entre classe e ação coletiva, a determinação da ação coletiva pelas classes, foi examinada na parte I, quando se mostrou que a classe serve como uma estrutura de oportunidade social para a ação coletiva.

definição de um novo campo de conflito social, nos quais os novos movimentos sociais se situam, não implica que esse campo não envolva relações de classe. O antagonismo básico das sociedades pós-industriais se refere ao conflito pelos meios sociais de realização de uma existência social baseada na identidade. Eder afirma que “*esse conflito tem um caráter de classe porque não há outra solução para esse antagonismo a não ser através de mudanças estruturais na distribuição de poder*” (Eder, 2002: p.294). Na visão do autor sobre a estrutura socioestrutural, as diferenças de poder definem como estão distribuídas as chances desiguais de realizar a identidade social.

Nessas condições, os novos movimentos sociais são identificados com a construção social de uma identidade coletiva como classe social, ou seja, é nesses movimentos que ocorre a construção da classe média nas sociedades avançadas. Na realidade, os novos conflitos de classe pressupõem um novo tipo de relações de classe, as quais se deslocaram do critério do controle sobre os meios de produção para o campo do controle dos meios sociais para uma existência social identitária. Nesse sentido, as classes médias constituem uma classe em potencial em função de sua inserção nessa nova relação social antagônica, mas se constroem como classe pela criação de uma identidade coletiva por meio dos novos movimentos sociais.

Esse tratamento teórico das classes médias se posiciona como crítica à forma como o marxismo assimilou essa categoria social. As classes médias eram tratadas no interior do modelo de classe característico das relações de classe tradicionais, de modo que não possuíam papel político relevante, oscilando entre dominantes e dominados. No entanto, Eder ressalta a necessidade de alterar a percepção das classes médias diante da localização da maioria da população nessa posição social e de seu crescente papel na mobilização coletiva, papel esse atribuído pelo marxismo ao proletariado.

A partir disso, Eder propõe uma metodologia para uma análise de classe dos novos movimentos sociais. Tal análise de classe corresponde à identificação dos fatores que permitem definir os novos movimentos sociais como parte de conflitos de classe nas

sociedades modernas avançadas.

O primeiro elemento consiste na variável socioestrutural; trata-se de examinar a estrutura de oportunidade social dada pela ascensão da classe média no interior da estrutura de classes tradicional. Os grupos de classe média são os setores ligados à produção qualificada e aos serviços. Conforme Eder, essa posição social condiciona formas de experimentar e perceber o mundo que inclina os grupos médios a se preocupar com assuntos que vão além das questões envolvidas nos conflitos tradicionais de classe, característicos da sociedade industrial. O autor ressalta que, no marxismo, essa estrutura de oportunidade social foi tomada como a classe como tal, gerando equívocos na apreensão da ação coletiva.

O segundo elemento é a consideração da estrutura de oportunidade cultural, que expressa a história das preocupações da classe média em suas diversas formas de radicalismo desde o início da modernidade. O radicalismo de classe média reflete a forma de experimentar e perceber o mundo específica dessa classe, a qual é caracterizada principalmente pela busca da boa vida e pelas relações sociais consensuais.

O elemento decisivo de uma análise de classe dos movimentos sociais é avaliar em que medida os conflitos sociais envolvidos na mobilização coletiva se definem em termos de conflitos de classe. A proposição de Eder é que, nas sociedades pós-industriais, os conflitos se relacionam a relações de classe na medida que envolvem a disputa pelos meios que permitem uma existência social identitária, o que significa a garantia de uma identidade e relações sociais expressivas.

### ***III. a natureza como um novo campo de luta de classe***

Nesta seção, mostraremos como o autor aplica, no estudo dos movimentos ambientalistas de contracultura, a metodologia acima exposta para a análise de classe dos novos movimentos sociais.

Eder caracteriza os novos movimentos sociais comprometidos com a redefinição

da relação do homem com a natureza como movimentos de contracultura que assumiram papel central na dinâmica social, na medida que estão envolvidos no conflito fundamental da sociedade moderna, qual seja, a disputa em torno do tipo de desenvolvimento em que a sociedade deveria se engajar. Nesse contexto, os novos movimentos de contracultura expressam a crítica ao modelo de desenvolvimento social característico das sociedades industriais avançadas, engajando-se, assim, na tentativa de reverter o processo de modernização.

Primeiramente, o autor procura mostrar que os novos movimentos de contracultura possuem raízes históricas em tradições culturais que remontam ao início da modernidade. A sociedade moderna foi marcada, desde o seu início, por uma tradição cultural dupla: de um lado, a cultura dominante do modernismo, cujas suposições básicas consistiam em sua atitude negativa diante da tradição e na visão da natureza como algo a ser dominado pelo homem; de outro lado, uma contracultura comprometida com uma relação mais sensível com a natureza, o que se baseava na defesa da ampliação da universalidade das regras morais para além da esfera humana, englobando a natureza.

O antagonismo entre essas duas tradições encontra-se, segundo o autor, em suas diferenças morais, que opõem uma perspectiva baseada na justiça e outra cujo princípio essencial é a pureza. A perspectiva da justiça, constitutiva da tradição dominante, reflete uma visão instrumentalista da relação do homem com a natureza, de modo que sua preocupação com o meio ambiente é meramente utilitária, no sentido de que não envolve o questionamento das premissas morais da relação com a natureza, mas apenas procura conter sua exploração em vista da possibilidade de prolongá-la no tempo. A perspectiva da pureza, embutida na contracultura, exprime uma compreensão moral da natureza, que a concebe além de mero meio para o bem-estar humano.

Com isso, Eder pretende mostrar que a natureza tem sido, desde o início da modernidade, um campo latente de lutas sociais e culturais. No entanto, dois fatores contribuíram para alterar essa latência e transformar a natureza em campo manifesto e cada vez mais central de lutas sociais na sociedade moderna. De um lado, a crise

ecológica impulsionou o debate público em torno da questão ambiental; de outro lado, uma crescente reflexividade da cultura moderna permitiu explorar a existência de noções conflitantes de como se relacionar com a natureza. Como resultado, as duas perspectivas de relacionamento do homem com a natureza tornaram-se dois modelos de modernização em competição. No entanto, o autor vai além no sentido de afirmar que as duas visões de modernidade têm se constituído como o objeto de um novo tipo de luta de classes nas sociedades avançadas: *“há razões para vê-la [a natureza] em vias de tornar-se o campo de um novo tipo de luta de classes em substituição ao velho, que se preocupava apenas com a distribuição justa de bens na sociedade. Essa nova luta de classes emergente se fixaria em outra idéia: a de uma natureza mais pura, de um ambiente sem poluição”* (Eder, 2002: p.214).

As razões disso são evidenciadas pelo autor ao analisar as forças sociais comprometidas com a redefinição da relação da sociedade moderna com a natureza; trata-se dos novos grupos de classe média. Os novos grupos de classe média constituem potencialmente uma nova classe social devido a sua expansão no setor de serviços, setor-chave da sociedade pós-industrial. Além disso, a nova classe média está ligada ao *habitus* pequeno-burguês, o que a faz portadora potencial de movimentos que mobilizam as tradições de contracultura. Nesse sentido, essas tradições, embutidas de forma distorcida na mentalidade pequeno-burguesa, ganham novo significado, uma vez que as novas classes médias expressam uma nova relação com a natureza: conforme Eder, *“elas estão subjetivamente ligadas de modo não-utilitário com a natureza e objetivamente ligadas a seus problemas”* (Eder, 2002: p.222). Na realidade, a crise ecológica ameaça especialmente o ideal de boa vida dos grupos de classe média, de forma que os leva a reagir mais intensamente aos efeitos da exploração do meio ambiente. Diante disso, o autor assim justifica sua idéia da emergência de um novo campo de lutas de classe em torno do tema da relação com a natureza: *“Esses conflitos não apenas servem para mobilizar as pessoas, mas também conduzem a uma cristalização de atores como classes, constituindo, dessa maneira, novas formas de conflitos de classe, em que a classe central*

é a *classe média (a velha e a nova)*” (Eder, 2002: p.230). Nesse sentido, recuperando o argumento apresentado na seção anterior, os movimentos ambientais se inserem em uma nova luta de classes na medida que constituem formas de afirmação, para a classe média, de uma existência social identitária: a classe média se constrói como classe por meio desses movimentos.

### ***conclusão***

Conforme procuramos mostrar, as idéias de Eder, no livro *A nova política de classes*, constituem-se como resposta à teoria de classes marxista, já que se considera que os discursos sobre a crise da política de classe são, em parte, fruto da maneira equivocada de compreendê-la difundida pelo marxismo. Nesse sentido, como fio condutor para retomarmos os argumentos centrais de Eder, apresentaremos um contraponto entre as idéias do autor e o marxismo no que diz respeito à teoria de classes sociais.

Primeiramente, Eder se contrapõe à teoria de classes marxista em sua análise, inspirada pela redefinição culturalista de classes desenvolvida por Bourdieu, das configurações socioculturais da sociedade. Para o autor, a posição nas relações sociais de produção, ou “controle das forças de produção”, perderam relevância na definição da estrutura de classes, sendo substituídos pela *ocupação* e *opinião* como mecanismos básicos de formação das classes sociais e das relações de classe nas sociedades avançadas. Conforme vimos, as variáveis ocupação e opinião conduzem à construção de uma estrutura de classes baseada na quantidade de competência. Além disso, as classes assim definidas constituem classes teóricas e só podem ser tratadas enquanto classes reais pela identificação do *habitus*, especificamente da dimensão do *habitus* que tematiza as desigualdades sociais. Ao focalizar esses esquemas interpretativos não elaborados conscientemente, essa perspectiva se afasta da tradição marxista, na qual a consciência de classe era o critério de transformação da classe *em si* para a classe *para si*.

A construção teórica de Eder sobre a relação entre classe e ação coletiva é uma crítica à visão da classe como sujeito histórico, segundo a qual a classe trabalhadora, dotada de consciência racional sobre sua existência, seria a portadora da ação transformadora da história. Diante disso, o autor afirma que as classes não são atores históricos realizadores da ação coletiva, mas funcionam apenas como uma estrutura sociocultural de oportunidades para a ação coletiva: “*as classes apenas definem o espaço macro-social no qual os atores emergem, elas não o determinam*” (Eder, 2002: p.103). Além disso, como consequência, em oposição ao marxismo, não há uma posição social que seja um lócus privilegiado de geração de movimentos sociais (Eder, 2002: p.106).

O contraponto ao marxismo vai ainda além no sentido de que não somente as classes são apenas o ambiente onde a ação se produz, como o próprio ator coletivo é concebido, não como precedendo e gerando a ação coletiva, mas emergindo do processo de ação coletiva. Como vimos, Eder desenvolve uma análise em três níveis da ação coletiva a fim de mostrar as condições específicas que permitem a formação dos atores coletivos. Nesse sentido, desaparece também a discussão sobre a exigência de uma consciência de classe fundando a ação. Assim, ao contrário do marxismo, os atores coletivos envolvidos não são antecipadamente coletivos, mas se constituem como classe por meio da ação coletiva. Conforme essa perspectiva, a teoria marxista das classes sociais possui uma noção naturalizada das classes sociais, na medida que não a concebem como uma construção social por meio da ação coletiva.

Além disso, Eder analisa os efeitos da ação coletiva sobre a estrutura sistêmica, o que se insere em sua análise sociológica dos novos movimentos sociais. Conforme o autor, os novos movimentos sociais, especificamente os movimentos ambientalistas, constituem uma nova política de classes, uma vez que produziu um novo campo de conflitos de classes em que a classe média tem papel relevante. E aqui encontramos mais um contraponto ao marxismo, que entendia que os conflitos de classe se baseavam na contradição entre capital e trabalho. Na realidade, Eder argumenta que tais conflitos estavam ligados a uma sociedade industrial e que foram institucionalizados com o Estado

do bem-estar e as negociações coletivas; na sociedade pós-industrial, o antagonismo básico se refere ao conflito pelos meios sociais de realização de uma existência social baseada na identidade. Nesse sentido, o autor afirma que “*a crise da política de classe é, em última instância, a crise de uma sociedade industrial em desaparecimento*” (Eder, 2002: p. 35).

Isso nos conduz à forma como a classe média é vista na abordagem de Eder, a qual também se diferencia do marxismo. Conforme os trabalhos de Poulantzas e Olin Wright, a classe média foi teoricamente incorporada na teoria marxista no interior de uma estrutura de classes polarizada entre a burguesia e o proletariado, de modo que não possuía papel político relevante, oscilando entre dominantes e dominados. Já no texto de Eder, a classe média não somente ganha o status de uma classe em potencial como é analisada em sua relação com os novos movimentos sociais, os quais são vistos como parte de um novo antagonismo de classe. Nessas condições, o que permite ver as classes médias como classe em potencial é sua inserção direta em uma nova relação social antagônica, definida pelo controle sobre os meios de criar uma forma de existência baseada na identidade. Nessas condições, os novos movimentos sociais, como manifestação desse novo tipo de relação de classe, constituem o processo em que se dá a construção da classe média, pois é por meio deles que se processa a construção social de uma identidade coletiva como classe social. É nesse sentido que a ação coletiva possui impactos também sobre a estrutura social e as relações de classe.

Essa análise de classe dos novos movimentos sociais proposta por Eder, a qual identifica neles uma base social pequeno-burguesa e os define como parte de conflitos de classe nas sociedades modernas avançadas, diferencia-se da análise de classe feita pelo marxismo. Conforme essa última perspectiva, a ação coletiva era uma decorrência da consciência de interesses unívocos deduzidos da posição na estrutura social. Já na análise de Eder, a classe é vista enquanto uma estrutura de oportunidades socioculturais para a ação, de modo que os novos movimentos sociais são relacionados pelo autor à história das preocupações de classe média, as quais refletem a forma de experimentar e perceber

o mundo específica dessa classe. Em outros termos, os novos movimentos sociais não são identificados com a classe média em função de representarem seus interesses utilitários, mas porque expressam o *habitus* pequeno burguês – o que leva Eder a apresentá-los inclusive como parte da história do protesto pequeno-burguês, que acompanhou desde o início a modernização da sociedade. Essa abordagem também diferencia Eder de outras análises dos novos movimentos sociais que buscam compreendê-los em sua relação com as classes sociais, particularmente de Offe e Inglehart.

Diante disso, é preciso ressaltar dois pontos a fim de nuançar as críticas ao marxismo. Todo o livro de Eder tem como referência o apogeu do Estado de bem-estar em uma sociedade pós-industrial. Como consequência, as pressões e ciclos econômicos não desempenham função no modelo analítico do autor, já que são tomados como controlados e institucionalizados. Cabe perguntar sobre o alcance das análises do autor em um contexto de crise do Estado do bem-estar, que traz novamente à tona na Europa questões econômicas e sociais que pareciam equacionadas.

Além disso, a tradição marxista e Eder possuem como foco de suas análises formas diferentes de ação coletiva. A abordagem de Eder permitiu construir uma análise sociológica dos novos movimentos sociais, fenômeno com o qual o marxismo teve dificuldades em lidar. Por outro lado, a ação coletiva deixou de ser compreendida em sua dimensão revolucionária, tal como foi na tradição marxista. Na realidade, o radicalismo de classe média, manifestado nos novos movimentos sociais e do qual o autor transmite uma visão extremamente positiva, orienta-se, segundo Eder, na direção da mudança da distribuição do poder, ou seja, da estrutura social, mas sem referências à transformação do sistema capitalista. A nova política de classe definida por Eder não deixa espaço, empírico e teórico, para o surgimento de uma ação coletiva revolucionária.

### *I. Problemática da classe média*

No que diz respeito à problemática da classe média, as abordagens dos três autores analisados têm em comum o afastamento em relação ao tratamento teórico da classe média que comumente se atribui ao marxismo, qual seja, a visão da polarização e simplificação da estrutura de classe no decorrer do desenvolvimento capitalista, de modo que os grupos intermediários seriam absorvidos na classe operária. Ao contrário, os três autores não defendem a tendência da proletarização da classe média e reconhecem sua existência como classe social distinta tanto de trabalhadores quanto de capitalistas.

No entanto, os autores diferem no que diz respeito a reconhecer na classe média um grupo dotado de interesses, cultura e/ou ideologia específicos, o que é uma questão central para pensar a importância política desse grupo social. Bourdieu (1984) se detém em analisar como o *habitus* e o estilo de vida característicos da classe média se definem em contraposição aos da burguesia e da classe operária; enquanto Eder (2002) identifica nos novos movimentos sociais os traços do protesto ligado ao *habitus* pequeno-burguês. Wright (1985) já é mais ambíguo, pois, de um lado, chega a defender a ideia de que a classe média não somente tem interesses próprios como inclui aí o interesse de impor seu próprio domínio sobre a sociedade, deslocando o proletariado como único rival da classe capitalista; mas, de outro lado, ao estudar a consciência de classe, considera apenas a possibilidade de diferentes graus de atitudes pró-trabalhadores ou pró-capitalistas.

Além disso, a problemática da classe média levanta a questão da insuficiência ou não dos critérios exclusivamente econômicos na identificação das classes. Nesse aspecto, Olin Wright se distingue de Bourdieu e Klaus Eder no sentido de que mantém a concepção objetivista das classes sociais característica do marxismo, uma vez que essas continuam a ser determinadas exclusivamente pelas relações de produção. Para Wright (1985), a estrutura de classes deve ser conceituada estritamente em termos de exploração, sendo

que a alteração introduzida ao marxismo consiste em considerar como ativos definidores da relação de classe não somente os meios de produção e o trabalho, como também as qualificações e os ativos organizacionais.

Já Bourdieu e Eder se diferenciam do marxismo ao reconhecerem a relevância de dimensões subjetivas, especificamente a cultura, para compreender as classes sociais<sup>54</sup>. Em Bourdieu (1984), o *habitus* e o estilo de vida criam as fronteiras de inclusão e exclusão que delimitam as classes. Eder (2002) modifica parcialmente Bourdieu, selecionando os esquemas interpretativos que tematizam a desigualdade social como uma dimensão do *habitus* privilegiada para identificar as subculturas específicas de classe. A consideração de critérios subjetivos foi importante no sentido de apontar que a dimensão da identidade simbólica é o que torna as classes sociais socialmente significativas, pois deixa de ser uma mera categoria analítica resultante da aplicação de conceitos abstratos. Isso pode ser claramente observado no livro *Distinction*, de Bourdieu (1984), que tem como uma de suas principais características a forma vívida com que nos apresenta as classes sociais, de modo que, por meio da descrição de seus estilos de vida, quase podemos observá-las caminhando pelas ruas. Nessas condições, a introdução de critérios culturais na definição das classes permite superar a dificuldade de que não é possível especificar as fronteiras entre as classes exclusivamente a partir das condições estruturais. Isso porque os limites surgem a partir das práticas das classes, de forma que a cultura funciona como princípio de inclusão e exclusão, delimitando fronteiras vagas e difusas entre as classes sociais. Além disso, essa introdução da cultura na definição das classes sociais, como se argumentará, foi um passo lógico imprescindível para equacionar o problema da conexão entre classe e ação coletiva. Sallum Jr. (2005) defende que a superação das deficiências das teorias que buscam ligar classe e ação passa pela incorporação da dimensão cultural à própria concepção de classe.

Por outro lado, as reformulações que os autores fazem do conceito marxista de

---

<sup>54</sup> Não estamos discutindo aqui os critérios que permitem considerar as classes como grupos com capacidade para a ação coletiva, referimo-nos apenas aos parâmetros que os autores consideram para identificar teoricamente as classes no espaço social.

classe tem como resultado o abandono de seu aspecto central, qual seja, o caráter antagônico das relações de classe. Wright (1985, 1998) explicita inúmeras vezes seu compromisso em manter o conceito de exploração como princípio organizador de sua construção teórica. No entanto, as reformulações que o autor é obrigado a introduzir em sua teoria a partir de *Class Counts* marcam um afastamento no sentido de flexibilizar o uso do conceito de exploração como definidor de todas as relações de classe. Como alertaram os críticos de Wright, as relações que giram em torno dos ativos organizacionais e de qualificação não se sustentam teoricamente como caracterizadas pela exploração. Antes, a reformulação de Wright (1997) conduz parcialmente ao retorno à perspectiva da dominação, presente em suas formulações anteriores ao trabalho desenvolvido em *Classes*.

Em Bourdieu (1984), o espaço social é construído a partir do volume e composição do capital, tomados sincrônica e diacronicamente. Todavia, a noção de capital utilizada por Bourdieu se diferencia do conceito marxista no sentido de designar relações de poder e não de exploração, de modo que as relações de classe são caracterizadas pela dominação. Entretanto, o relevante é notar que o deslocamento da noção de antagonismo não significou, em Bourdieu, o abandono da visão da sociedade como marcada pelo conflito entre as classes. Ao contrário, o autor insiste em que as posições sociais dos agentes são continuamente defendidas e conquistadas por meio da luta de classes. Nesse sentido, apresenta os estilos de vida das diversas classes não como meras descrições de seus gostos, mas como armas na luta por se distinguir das outras classes e por afirmar a própria superioridade. Por outro lado, já observamos as deficiências do conceito de conflito de Bourdieu, como o fato de atribuir um papel passivo à classe operária, a qual é vista como destituída dos meios para sequer participar da disputa.

O caso de Eder (2002) é o mais problemático, pois a própria dimensão das relações de classe está inteiramente ausente de sua análise. Ao contrário de Wright e Bourdieu, a classe média em Eder não se define em sua relação com as outras classes, mas é tratada isoladamente, o que subtrai legitimidade à sua análise. Os problemas teóricos que disso

decorrem podem ser notados no contexto em que o autor afirma que os novos movimentos sociais, práxis da classe média, são parte de um novo antagonismo de classe e, por isso, constituem a nova arena de conflito de classes, substituindo os conflitos de classe característicos da sociedade industrial, que se baseavam na contradição entre capital e trabalho. Nesse contexto, se a classe média está inserida em uma relação antagônica, Eder deixa de nos apresentar qual é o outro pólo dessa relação ou, em outros termos, quais são as outras classes, além da classe média, envolvidas nessa nova arena de conflito de classe que são os movimentos sociais. Se a classe média é o único participante dessa arena de conflito, é preciso responder o que nos permite entender os novos movimentos sociais como um conflito de classe e, mais ainda, como parte de uma relação antagônica.

Um último ponto que merece atenção no debate sobre a classe média é em que medida as diversas abordagens dão abertura para a apreensão da heterogeneidade desse grupo social<sup>55</sup>. Certamente Bourdieu (1984) é o autor que nos fornece mais coordenadas para tratar do caráter fragmentário da classe média. Em *Distinction*, o autor analisa mais particularmente as diferenças entre as visões de mundo das frações da pequena burguesia que vivenciam o declínio – caracterizadas por uma disposição pessimista e conservadora – e aquelas que passam por um movimento de ascensão social – caracterizadas por uma atitude otimista e progressista quanto ao futuro. Tais distinções podem ser úteis quando se pretende considerar o posicionamento político da classe média, já que sublinham a necessidade de se identificar as várias orientações possíveis. Wright (1985) não explora as possíveis distinções que poderiam existir entre os grupos que possuem ativos organizacionais e de qualificação. Da mesma forma, Eder (2002) apresenta as diversas frações da classe média sob um mesmo *habitus* pequeno burguês.

Por fim, com base em sugestões de Bourdieu (1989), é preciso ter em mente que as abordagens sobre a classe média são parte da própria realidade que pretendem

---

<sup>55</sup> Burris (1986) busca provar, com base em análises históricas, a necessidade de qualquer teoria sobre a estrutura de classes considerar a heterogeneidade da classe média.

explicar, uma vez que as teorias de classes sociais, além de buscar oferecer uma determinada imagem sobre o mundo, são uma tentativa de moldar o próprio mundo. Em outras palavras, como afirma Ross (1987), “*The variable geometry of the middle classes in sociological writings has as much to do with the desires of intellectuals to act upon the social world as with their desires to explain it*” (Ross , 1987: p.7)<sup>56</sup>.

### **Por uma abordagem histórica das classes sociais**

A tentativa de definição do status teórico da classe média significou uma reformulação da teoria de classes marxista, pois a introdução de novos critérios capazes de especificar um terceiro grupo social mudou a forma como os demais grupos eram definidos. Desta forma, a discussão de como tratar teoricamente a classe média se transforma em uma discussão mais ampla de como definir classes sociais. Assim, se a problemática da classe média aparece em primeiro plano no início das apresentações dos autores, no decorrer da análise, essa questão se dilui na direção da discussão de como tratar as classes sociais na teoria sociológica.

Nessas condições, identificamos uma tendência, representada aqui por Olin Wright, de desenvolver tipologias abstratas – ou mapas teóricos – da estrutura social, em que as classes são tratadas como pré-constituídas na realidade social. Uma das principais preocupações dessas análises consiste em delimitar precisamente as fronteiras “objetivas” entre as classes, as quais são determinadas pela estrutura econômica. Nesse sentido, ao buscar construir critérios formais de inclusão e exclusão que permitam identificar as classes que compõem a estrutura social, essa abordagem privilegia uma concepção essencialista de classe social, configurando-se, portanto, como a-histórica e estática (Wacquant, 1989, 1991; Boltanski, 1987; Ross, 1987; Thompson, 1987, 1998).

O caráter essencialista desta tendência teórica evidencia-se mais claramente se a compararmos com a análise de classe que privilegia o estudo de processos concretos de

---

<sup>56</sup> Ross (1987) e Burris (1986) tecem análises sobre como as motivações e interesses políticos moldaram o desenvolvimento de teorias sobre a classe média na França e na Alemanha, respectivamente.

formação de classe<sup>57</sup>. Ao analisar várias abordagens ao estudo da classe média, Wacquant (1991) faz afirmações que valem não somente para a definição deste grupo social como também para as classes sociais em geral:

*“the epistemic ambition of defining, once and for all, the correct classification, of discovering the “real” boundaries of the middle class, is doomed to failure because it rests on a fundamentally mistaken conception of the ontological status of classes: the middle class, like any other social group, does not exist ready-made in reality. It must be constituted through material and symbolic struggles waged simultaneously over class and between classes; it is a historically variable and reversible effect of these struggles. As much as these struggles are limited by the underlying structure of social space, they still determine, in large part, the shape and nature of the groups that will emerge in its intermediate regions. Consequently, one can say only that middle class has no frontiers other than the historically shifting and disputed ones that are continually produced and transformed through these conflicts, and these cannot be defined abstractly”* (Wacquant, 1991: p. 57).

Deste modo, o pressuposto desta abordagem histórica é que as classes sociais e suas fronteiras são formadas e transformadas por meio de processos históricos (Thompson, 1987, 1998; Przeworski, 1989; Wacquant, 1991; Boltanski, 1987), de modo que é necessário abandonar a tentativa de definir teoricamente um grupo a priori. Antes, seguindo as coordenadas de Bourdieu (1987, 1989, 1990) sobre como se constitui uma classe real, é preciso analisar as circunstâncias históricas em que as classes se organizaram como grupo dotado de nome, instituições, porta-voz, sistemas de representação e valores próprios. Conforme Boltanski,

*“Rather than look for criteria in terms of which the group ought to be defined and the boundaries that one must ascribe to it in order to obtain a compact, well-*

---

<sup>57</sup> Estudando as teorias de classe na França desde o início da década de 70, Ross (1987) também identifica os dois tipos de abordagens a que estamos nos referindo. A distinção proposta está presente, da mesma forma, em Savage (1996), Wacquant (1991), Boltanski (1987), Thompson (1987, 1998).

*defined object of study (generally, as I said a moment ago, by looking at the group in terms of pure technological determinism and the technical division of labor), one can investigate the organizational process, the process of inclusion and exclusion, that produced it. And one can look simultaneously at the associated social process of definition and delimitation. It is this later process that gives the group the objective status that ultimately allows its existence to be taken for granted” (Boltanski, 1987: p. 30).*

Assim, analisar o processo histórico de formação de uma classe é estudar como se deu a “invenção” do grupo, ou seja, sua constituição simbólica e organizacional, a qual permite que o grupo passe a ser reconhecido por seus membros e por outros grupos, de forma que determinada distinção entre grupos sociais se torne social e politicamente relevante<sup>58</sup>. Como já mostramos, Bourdieu (1984) afirma que tal processo é resultado das lutas simbólicas de classificação, as quais visam alterar a própria representação social da estrutura de relações de classe. É nesse sentido que também podemos compreender a afirmação de Przeworski (1989) de que as classes são um efeito das lutas não somente entre classes, mas sobre classes.

Nesse sentido, a perspectiva da formação de classe se baseia na pressuposição epistemológica de Bourdieu (1987) que reconhece, de um lado, a existência de estruturas que condicionam as práticas e representações sociais e, de outro lado, a contribuição das percepções dos agentes na produção do mundo objetivo. Nas palavras de Wacquant (1989),

*“If we hold that the world “out there” is both real (independent of our perception and knowledge of it) and constructed (i.e., its mechanisms function only as they are perceived and appreciated by agents through schemes that are socially produced within, and homologous to, objective structures), then the character of*

---

<sup>58</sup> Quanto ao significado de formação de classe, Savage (1996) afirma: “Most generally class formation can be understood as the creation of classes as “social collectivities”. This view owes something to the way in which weberians explore the boundedness of social groups, but its main claim suggests that classes do not just exist structurally, but need to exist in a sense which is socially meaningful to people themselves” (Savage, 1996: p. 65).

*classes cannot be grasped at the "real" level at which Wright theorizes them*" (Wacquant, 1989: p. 174).

Nessas condições, é preciso enfrentar a questão de qual é o papel, em uma abordagem histórica, da estrutura social. Em outros termos, para que a afirmação de que as classes não podem ser deduzidas da estrutura do espaço social, mas são resultado de lutas simbólicas, não seja tomada como uma postura subjetivista, é necessário esclarecer se a estrutura objetiva tem algum papel na análise das classes sociais.

Já mostramos que Wright (1998) explicita sua visão de que a definição teórica precisa da estrutura de classe é uma pré-condição para se compreender os processos de formação de classe, ou seja, a definição teórica dos critérios que delimitam as classes precede a análise da formação de classe e da ação de classe. Diante disso, Wacquant (1991) argumenta que não é possível compreender a posição estrutural sem considerar o processo de formação das classes: "*Class lies neither in structures nor in agency alone but in their relationship as it is historically produced, reproduced and transformed*" (Wacquant, 1991: p. 51). E isso porque as lutas simbólicas tanto reagem à estrutura objetiva de classe como contribuem para moldá-la. Nesse sentido, ao examinar novamente os estudos sobre classe média, Wacquant defende que a oposição entre estrutura e ação é uma falsa antinomia, de forma que é preciso construir "*a series of analytic bridges between the underlying distribution of objective resources that define a theoretical middle class, on the one hand, and the strategies, identities, and specific organizations actually developed as vehicles for group formation by middle-class actors, on the other*" (Wacquant, 1991: p. 57). Assim, como afirma Bourdieu (1990), apesar das classes não estarem determinadas no nível estrutural, tampouco podem ser criadas aleatoriamente, mas a efetividade das lutas simbólicas depende de que mobilizem diferenças materiais. Também Pzeworski considera que a estrutura de classes estabelece os limites para o sucesso da prática política (Pzeworski, 1989).

A relação entre a estrutura de classe e a formação de classe pode ser observada nos trabalhos de Kocka (1981) e Boltanski (1987), que analisam, respectivamente, a

formação da classe dos trabalhadores de colarinho branco na Alemanha e dos cadres na França. Uma das questões centrais que esses estudos permitem mostrar é que, mesmo como parâmetros sobre os quais a formação de classe se dá, as divisões sócio-econômicas ou ocupacionais não determinam completamente o contorno dos grupos sociais que se formam, uma vez que os limites do espaço social são resultado de um processo político. Conforme Kocka, “*the exact location of the line of differentiation between Arbeiter and Angestellte resulted from a political compromise*” (Kocka, 1981: p.75) e “*the criteria of recruitment to and the boundaries of interest groups are not fully determined by the socioeconomic structure and the occupational system out of which they emerge*” (Kocka, 1981: pp.77-78).

Diante disso, para efeito de comparação, lembramos a afirmação de Przeworski (1989) de que a abordagem que tem como foco a classificação precisa das classes na estrutura social está inserida na problemática da transformação da “classe em si” em “classe para si”<sup>59</sup>. Nesse sentido, a abordagem formal tem como pressuposto a separação analítica entre posições de classe na estrutura social – classe em si – e expressão cultural ou política da identidade de classe – classe para si, de modo que uma vez identificada a classe em si, já estão definidos quais os grupos que podem emergir como classe para si e quais os interesses fundamentais que deverão conformar a consciência dessa classe (Andrew, 1983; Przeworski, 1989). Desta forma, a teoria estabelece a priori qual o conteúdo da consciência da classe para si, avaliando os grupos reais formados em processos históricos conforme se afastam ou se aproximam desse padrão. Em outras palavras, a problemática da classe em si/ classe para si define a formação da classe em termos de um resultado específico, ou seja, a classe para si já é especificada a priori como a classe que age coletivamente com base em uma consciência revolucionária (Katznelson, 1986; Savage, 1996). No entanto, não se pode partir de uma idéia pré-concebida de como

---

<sup>59</sup> “*A problemática da classe em si coloca a questão da classificação no centro da análise porque considera-se que as classes como agentes históricos, as classes que lutam e cuja luta é o motor da história, são determinadas de um modo exclusivo por posições objetivas*” (Przeworski, 1989: p.85).

a classe deve se parecer para ser considerada formada, pois o conteúdo do processo de formação de classe é o próprio objeto a ser estudado<sup>60</sup>.

Além disso, desta perspectiva, as organizações políticas – como partidos, sindicatos, associações, clubes – só podem ser compreendidos como meros instrumentos ou expressões de classes pré-existentes, o que se diferencia da abordagem histórica das classes sociais, que entendem a esfera política como a própria arena onde se dá a formação, deformação e reorganização das classes sociais. Ademais, se os engajamentos políticos, as lutas e alianças de classe transformam a própria estrutura de classes, a classe em si não se mantém inalterada, o que não parece se ajustar bem à problemática da transformação da “classe em si” em “classe para si”. Por fim, como afirma Andrew (1983),

*“a class in itself is defined by a vanguard, armed with the science to grasp objective processes, which then define class consciousness on the basis of its understanding of the objective (but never specified) interests of the workers. The “for itself” is imputed to workers by intellectuals rather than emerging in the course of the workers’ struggle against capital”* (Andrew, 1983: p. 584).

Já situamos o trabalho de Wright na tendência de tratar as classes sociais de uma perspectiva abstrata e formalista, o trabalho de Bourdieu, por sua vez, ainda exige mais um comentário. Argumentando de fato contra a análise de classe essencialista, Bourdieu também não parece levar adiante uma abordagem histórica das classes sociais. Por um lado, o autor sublinha a distinção entre as classes “no papel” e as classes reais, insistindo na importância da dinâmica simbólica na definição das fronteiras das classes sociais. Por outro lado, não é possível encontrar, no trabalho de Bourdieu, nenhuma análise concreta dos processos de auto-produção das classes. Em *Distinction*, o autor nos apresenta um retrato da estrutura de classes francesa da década de 70, ou seja, trata-se de uma análise

---

<sup>60</sup> Ao buscar explicar as diferenças entre os processos de formação da classe operária nos EUA, França e Alemanha, Katznelson aponta a seguinte deficiência de análise: *“Working-class formation is defined, by statement or by implication, as the emergency of a relatively cohesive working class, self-conscious of its positions in the social structure and willing and capable of acting to affect it. The absence of such collective formations is treated as a deviation either from what theory predicts or from what history in the French or German, or more broadly, the continental experience seems to have decreed as a norm. This abnormality is explained by special factors that impede the expected outcome”* (Katznelson, 1986: p.11).

estática, enquanto que a necessidade de uma abordagem dinâmica só está presente como sugestão de como a questão das classes reais deveria ser encaminhada. No entanto, é preciso reconhecer que o trabalho de Bourdieu deu origem a uma das análises recentes mais exemplares da abordagem histórica das classes sociais, o livro de Luc Boltanski (1987) sobre a formação dos *cadres* na França.

Quanto a Eder, seu foco não é oferecer um tratamento aprofundado de como definir as classes sociais, mas sim analisar as classes em sua relação com a ação coletiva, mais precisamente com os novos movimentos sociais. Nesse sentido, podemos situar o autor mais próximo da abordagem histórica das classes. Isso porque, no modelo de três níveis que Eder apresenta para explicar a ligação entre estrutura e ação, as variáveis geram efeitos recíprocos entre si, isto é, se a classe é uma estrutura de possibilidades para a ação coletiva, esta ação tem a potencialidade de redefinir a estrutura de classes. Desta forma, se as classes não são uma constante – porque sujeitas aos efeitos da ação coletiva – e têm participação na ação coletiva por meio de uma textura cultural que é produto de um processo histórico<sup>61</sup>, as relações recíprocas entre classe e ação coletiva só podem ser elucidadas através de uma perspectiva histórica. No entanto, como no caso de Bourdieu, isso aparece mais como uma diretriz para um programa de pesquisa dos novos movimentos sociais do que como um projeto de fato levado a cabo.

Por fim, retornando à problemática da classe média, é possível argumentar que a abordagem histórica das classes sociais apresenta vantagens frente à abordagem formal para tratar especificamente da classe média. Referindo-se a essa classe, Bourdieu aponta que *“it is in these intermediate zones of social space that the indeterminacy and the fuzziness of the relationship between practices and positions are the greatest and that the room left open for symbolic strategies designed to jam this relationship is the largest”* (Bourdieu, 1987: p.12). Em outros termos, a classe média é um grupo mal definido na própria realidade, o que significa que uma teoria que aplique critérios abstratos para

---

<sup>61</sup> “A classe tem efeitos sobre a ação coletiva através de construções culturais geradas em formas históricas específicas de vida” (Eder, 2002: p. 31).

especificá-la não é capaz de expressar essa indeterminação na medida que busca gerar classificações o mais precisas possível. Somente uma abordagem histórica permite explorar a dinâmica das estratégias simbólicas que visam estabelecer as vagas fronteiras de inclusão e exclusão. Nas palavras de Wacquant:

*“Theories of the middle class should consciously strive to capture this essential ambiguity of their object rather than dispose of it: the indeterminacy, wooliness and contention that exists and partly define it should not be destroyed but preserved in sociological models of this reality. In short, the question of what group or groups occupy intermediate regions of the class structure cannot be settled ex cathedra on paper because it is never fully resolved in society in the first place”* (Wacquant, 1991: pp. 57–58).

## ***II. A ligação entre estrutura e ação***

A principal redefinição que Eder propõe ao conceito marxista de classe é desconstruir a idéia de que as classes são atores históricos. O argumento do autor se desenvolve no sentido de mostrar que: 1. as classes constituem uma estrutura social de oportunidades para a ação coletiva: *“A classe não é mais determinante; é uma restrição e uma oportunidade”* (Eder, 2002: p.105); 2. os atores coletivos não antecedem a ação, mas são socialmente construídos no interior mesmo dos processos de ação coletiva.

Diante disso, considerando que os argumentos de Eder são endereçados à contraposição com a visão marxista das classes, é preciso levantar as seguintes questões:

1. Se a idéia de que as classes não são atores coletivos pretende esclarecer que não é possível encontrar classes atuando diretamente na história, lembramos que a análise de classe de Marx em 18 Brumário tem como um de seus aspectos centrais a idéia de representação (Cottrell, 1984; Hall, 1982), ou seja, as classes não participam diretamente do cenário político, mas o fazem por meio de seus representantes (partidos, porta-vozes).

2. Se a afirmação de que as classes constituem apenas uma restrição e uma oportunidade para a ação coletiva tem a finalidade de ressaltar a possibilidade de mais de um resultado para os processos de formação de classe dentro dos limites estabelecidos pelas relações sociais, não se pode generalizar a todas as correntes de pensamento marxista a visão de que os lugares nas relações de produção determinam exclusivamente quais classes poderão eventualmente emergir como atores coletivos<sup>62</sup>.

3. A idéia de que os atores coletivos não antecedem a ação, mas são socialmente construídos no interior dos processos de ação coletiva não parece radicalmente diferente da visão de Thompson (1998) ao afirmar que as classes e a consciência de classe são os últimos produtos de um processo de luta<sup>63</sup>. Na realidade, a abordagem histórica das classes sociais tem exatamente como pressuposto de sua análise a idéia de que as classes não existem anteriormente ao seu processo de formação, o qual é também um processo de mobilização.

Nessas condições, ainda é preciso explicitar em que medida, em nosso entender, Eder nos leva além do marxismo na compreensão da ligação entre estrutura de classe e ação coletiva. Encontramos essa contribuição no diálogo do autor com a compreensão tradicional no marxismo de que o elo entre estrutura de classe e ação coletiva era a consciência de classe. Em oposição a isso, o autor defende um modelo de três níveis em que a cultura é a camada intermediária entre a estrutura e a ação social, sendo cultura entendida como "*valores, identidades, conhecimento*" (Eder, 2002: p. 26). Em outros termos, Eder substitui a consciência de classe pela cultura como elo entre estrutura e

---

<sup>62</sup> Ao afirmar que as classes constituem uma estrutura social de oportunidades para a ação coletiva, Eder parece ressoar as palavras de Przeworski: "*As relações sociais são dadas para um sujeito histórico, individual ou coletivo, como esferas de possibilidades, estruturas de escolha*" (Przeworski, 1989: p. 93).

<sup>63</sup> "*As classes não existem como entidades separadas que olham o seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real*" (Thompson, 1998: p. 100).

ação. Assim, de um lado, “a ação coletiva está inserida numa textura cultural, uma realidade que consiste num discurso especificamente organizado, anterior às motivações dos atores para agir juntos e que até as ultrapassa” (Eder, 2002: p. 29); e, de outro lado, a cultura está referida às diferenças de classe: “A classe tem efeitos sobre a ação coletiva através de construções culturais geradas em formas históricas específicas de vida” (Eder, 2002: p. 31). Nesse sentido, é possível notar que a redefinição culturalista do conceito de classe por Bourdieu foi um passo analítico imprescindível para que Eder pudesse desenvolver sua formulação.

Um exemplo de quão interessante essa visão pode ser para compreender a ligação entre classe e ação está na análise que o próprio autor faz dos novos movimentos sociais. Debatendo contra as posturas que negam que os novos movimentos sociais possam ser definidos em termos de sua relação com a classe média (Pakulski, 1995) e utilizando a idéia de cultura como mediadora da relação entre classe e ação, Eder (2002) é capaz de mostrar o conteúdo de classe dos novos movimentos sociais ao identificar neles os traços de protesto do *habitus* pequeno-burguês<sup>64</sup>.

A substituição da consciência de classe pela cultura na teoria das classes sociais permite contornar várias dificuldades postas pelo uso da noção de consciência. Uma delas é a exigência de uma atitude reflexiva a respeito da posição ocupada na estrutura social e dos interesses “fundamentais” correspondentes, cujo conteúdo não poderia ser distinto daquilo que o marxismo considera como os reais interesses do proletariado. Outra dificuldade era a impossibilidade de se reconhecer a existência de uma mobilização de classe onde não se detectasse a devida consciência revolucionária, idéia cuja dedução lógica era a conclusão equivocada de que houve pouquíssimos exemplos de ação de classe na história<sup>65</sup>. De fato, a ausência de “consciência de classe” era um dos obstáculos

---

<sup>64</sup> Rose (1997) também argumenta que a ligação entre classe e ação coletiva deve ser buscada por meio da cultura. O autor compara a cultura de classe dos trabalhadores e da classe média a fim de mostrar como elas condicionam formas distintas de mobilização coletiva.

<sup>65</sup> A noção de uma consciência de classe “verdadeira” foi criticada por Thompson ao afirmar que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma

para identificar os movimentos sociais como práxis da classe média. Diante disso, segundo Bourdieu (1984), a cultura característica de cada classe, mesmo estando referida aos determinantes da estrutura objetiva do espaço social, funciona em um nível pré-reflexivo, além de não ser possível existir um grupo social sem cultura, já que esta faz parte de sua própria definição<sup>66</sup>. Assim, a cultura como elo entre classe e ação permite superar a dificuldade de que as reivindicações dos movimentos sociais não precisam ser veiculadas em termos classistas para que se possa afirmar o condicionamento desses movimentos por determinada classe.

Entretanto, é preciso situar qual é exatamente a problemática em que Eder está inserido a fim de delimitar sua contribuição teórica. O que significa explicar a ligação entre classe e ação? Há duas possibilidades: 1. explicar o processo pelo qual as classes passam a se mobilizar coletivamente. 2. explicar o condicionamento de classe das mobilizações coletivas. No primeiro ponto, o movimento a ser explicado é como a classe pode gerar ação, já no segundo ponto, parte-se da ação para referi-la à classe.

Nesse sentido, a cultura serve para explicar como, dada a existência de um movimento social, ele tem como base determinada classe social. Esse é o movimento analítico que Eder nos fornece. No entanto, a cultura<sup>67</sup> por si só não explica como as classes passam a se mobilizar, porque a mobilização é somente uma das estratégias possíveis de reação a condições materiais semelhantes. A cultura de classe não se expressa como uma forma homogênea de elaboração das condições de cada classe, mas

---

*classe. (...) Mas dizer que uma classe no seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido. Pode nascer uma dificuldade da palavra consciência. Se aplicada a uma coletividade muito ampla como uma classe, designa uma cultura global desprendida da formação. Ela não pode ser nem "verdadeira" nem "falsa". É simplesmente o que é" (Thompson, 1998: p.105).*

<sup>66</sup> Conforme afirmamos, o *habitus* em Bourdieu (1984) não era um substituto para a consciência de classe, uma vez que era aplicado para explicar práticas cotidianas de consumo, relação com o corpo e com a linguagem, etc, o que não corresponde ao tipo de ação social – a ação coletiva – que a categoria marxista “consciência de classe” se destinava a elucidar. Nesse sentido, foi necessário o desenvolvimento teórico de Eder (2002) para que a cultura de fato se colocasse como substituto daquela noção como elo entre classe e ação.

<sup>67</sup> Por cultura, adotamos a definição de Johnson (1979): “*By culture is understood the common sense or way of life of a particular class, group or social category, the complex of ideologies that are actually adopted as moral preferences or principles of life*” (Johnson, 1979: p. 234).

está associada a um conjunto de percepções e práticas possíveis.

A cultura de classe é fruto do processo pelo qual as experiências vivenciadas são reelaboradas para compor a dimensão dos valores, idéias, instituições (Thompson, 1987). No entanto, as classes manifestam formas ambivalentes de pensar e sentir sua condição, de modo que a cultura de classe é marcada por uma pluralidade de manifestações. Em outros termos, a cultura de classe não é estritamente determinada pelas posições sociais, mas representa um leque de possibilidades (Johnson, 1979)<sup>68</sup>. Além disso, Savage (1987) argumenta que a cultura dificilmente é suficiente para explicar a dinâmica da política de classe. A cultura de uma classe não é capaz de explicar por que são encaminhados determinados cursos de ação política, pois um mesmo conjunto de valores e crenças pode resultar em diversas formas de prática política<sup>69</sup>. Nesse sentido, a cultura de classe é menos um conceito do que um campo de investigação, exigindo a análise dos fatores contextuais que explicam como as condições materiais em que cada classe está imersa conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos.

---

<sup>68</sup> Nas palavras de Rose (1997), "*Class cultures encompass a range of strategies structured by similar conditions, and thus significant cultural variation can be found within each class*" (Rose, 1997: p. 474).

<sup>69</sup> Segundo Savage (1987), "*A certain set of beliefs appears able to generate different forms of political practice: revolutionary movements in some cases, social democratic politics in others or simple apathy and hopelessness in others*" (Savage, 1987: p. 4). Também Rose (1997) ressalta que a cultura de classe não determina o conteúdo da consciência e da política de classe: "*Class is not correlated with any one set of ideas or politics, and efforts to identify the working or middle classes with particular political beliefs have proven to be of limited applicability. Both the content of political consciousness and the makeup of class alliances are contested and historically changing*" (Rose, 1997: p. 475).

## Referências bibliográficas

- ANDREW, E. Class in itself and class against capital: Karl Marx and his classifiers. *Canadian Journal of Political Science*, vol. 16, nº3, sep. 1983.
- BOLTANSKI, L. *The making of a class: cadres in french society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. [1982]
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. [1987]
- \_\_\_\_\_. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*. Vol. 32, 1987.
- \_\_\_\_\_. Espaço social e gênese das classes, in: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Distinction*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984. [1979]
- BRENNER, J. Work relations and the formation of class consciousness, in: WRIGHT, O. *Debate on classes*. London, New York: Verso, 1998. [1989]
- BRUBAKER, R. Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu. *Theory and Society*. Vol. 14, pp.745–775, 1985.
- BURRIS, V. The discovery of the new middle class. *Theory and Society*, 15: 317–50, 1986.
- \_\_\_\_\_. New directions in class analysis, in: WRIGHT, O. *Debate on classes*. London, New York: Verso, 1998. [1989]
- CARCHEDI, G. Classes and class analysis, in: WRIGHT, O. *Debate on classes*. London, New York: Verso, 1998. [1989]
- COTTRELL, A. *Social classes in marxist society*. London, Boston: Routledge & K. Paul, 1984.
- CROMPTON, R. *Class and stratification: An introduction to current debates*. Cambridge: Polity Press, 1998. [1993]
- EDER, K. *A nova política de classe*. Bauru-SP: Edusc, 2002.

- FANTASIA, R. *Cultures of solidarity: consciousness, action, and contemporary American workers*. Berkeley : Univ. of California, 1988.
- GOULDNER, A. *El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva clase*. Madrid : Alianza, 1980. [1979]
- HALL, Stuart. O político e o econômico na teoria de classes marxista. In: HUNT, A. (org), *Classes e estrutura das classes*, Lisboa : Edições 70, 1982.
- JOHNSON, R. Three problematics: elements of a theory of working-class culture. In: CLARKE, J., CRITCHER, C., JOHNSON, R. (eds.). *Working class culture : studies in history and theory*. London : Hutchinson, 1979.
- JOPPKE, C. The cultural dimensions of class formation and class struggle: on the social theory of Pierre Bourdieu. *Berkeley Journal of Sociology*. Vol. 31, 1986.
- KATZNELSON, I. Working-class formation: constructing cases and comparisons. In: KATZNELSON e ZOLBERG (eds.), *Working-class formation: nineteenth century patterns in western Europe and United States*. Princeton University Press, 1986.
- KOCKA, J. Class formation, interest articulation, and public policy: the origins of the German white-collar class in the late nineteenth and early twentieth centuries. In: BERGER, S. *Organizing interests in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- LOCKWOOD, D. The weakest link in the chain? Some comments on the Marxist theory of action. In: ROSE, D. (ed.). *Social stratification and economic change*. London : Hutchinson, 1988.
- MEIKSINS, P. A critique of Wright's theory of contradictory class, in: WRIGHT, O. *Debate on classes*. London, New York: Verso, 1998. [1989]
- PAKULSKI, J. Social movements and class: the decline of the marxist paradigm. In: MAHEU, L (ed). *Social movements and social classes : the future of collective action*. London : Sage, 1995.
- PRZEWORSKI, A. A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classes, in: *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. [1977]

- ROSE, F. Toward a class-cultural theory of social movements: reinterpreting new social movements. *Sociological Forum*, vol. 12, n° 3, 1997.
- ROSS, G. Destroyed by the dialectic: politics, the decline of marxism and the new middle strata in France. *Theory and Society*, Vol. 16, n° 1, jan. 1987.
- SALLUM JR., B. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, n °65, 2005.
- SAVAGE, M. Space, networks and class formation. In: KIRK, N. (ed.). *Social Class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot, England : Scolar Press ; Brookfield, Vt., USA : Ashgate Pub. Co., 1996.
- \_\_\_\_\_. The dynamics of working-class politics: The labour movement in Preston, 1880-1940. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SWARTZ, D. *Culture and power: the sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [1963]
- \_\_\_\_\_. Algumas observações sobre classe e falsa consciência, in: NEGRO, A., SILVA, S. (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: IFCH, Textos Didáticos, n° 10, vol. 2, 1998.
- WACQUANT, L. Making class: the middle class (es) in social theory and social structure. In: MCNALL, S. G., LEVINE, R. F., FANTASIA, R. (eds.), *Bringing class back in: contemporary and historical perspectives*. Boulder: Westview Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Social ontology, epistemology, and class. *Berkeley Journal of Sociology*, vol. 34, 1989.
- WEININGER, E. B. Foundations of Pierre Bourdieu's class analysis, in: WRIGHT, E. O. (ed.) *Approaches to class analysis*. Cambridge University Press, 2005. Disponível em <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>.
- WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Debate on classes*. London, New York: Verso, 1998. [1989]
- \_\_\_\_\_. *Class counts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.